

12 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Mortos estão entre os indenizados pela Justiça

Tribunais
determinaram
reparação
financeira a pessoas
que faleceram
antes dos acidentes
ambientais na costa
do Paraná.
Também há casos
de indenizados
que nunca foram
pescadores

PARANAGUÁ

Oswaldo Eustáquio e Mauri König

❗ A Petrobras e a Sociedad Naviera Ultragas causaram os três desastres ambientais mais graves dos últimos 15 anos no Litoral do Paraná. Por isso, respondem na Justiça a mais de 10 mil processos movidos por pescadores. Os vazamentos do poliduto Olapa e do navio Norma, em 2001, suspenderam a pesca por seis meses. A explosão do navio chileno Vicuña, em 2004, deixou-os sem trabalho por 51 dias. As reparações aos trabalhadores levaram anos para sair, foram pagas apenas parcialmente até agora e há casos claros de ilegalidade. Além da falta de repasse aos pescadores de valores já liberados pela Justiça, conforme a Gazeta do Povo mostrou nesta semana, há ca-

sos de mortos que nunca viveram da pesca e mesmo assim tiveram indenizações liberadas pela Justiça.

A Gazeta identificou ações abertas em nome de pessoas que faleceram antes dos acidentes. Um desses mortos nunca havia sido pescador. As irregularidades ocorreram tanto nas ações contra a Petrobras quanto nas que envolvem a Ultragas chilena.

A maioria das ações contra a Petrobras ainda não tem decisão final, mas alguns processos foram executados parcialmente. Por ordem dos tribunais, a empresa depositou, por exemplo, R\$ 73 mil na conta judicial aberta em nome de José de Oliveira Borges. Embora a 2.ª Vara Cível de Paranaguá tenha liberado por execução provisória um alvará de R\$ 37 mil, o valor não foi sacado porque José não assinou uma procuração que permita a retirada — nem poderia, pois morreu em 1994, sete anos antes dos acidentes ambientais. Ainda assim, desta conta foram retirados R\$ 1,9 mil, de custas cartoriais, para 2.ª Vara Cível.

Além de ter falecido há 20 anos, José nunca trabalhou como pescador. A ação foi ajuizada em nome do morto pela advogada Cristiane Uliana, mas no processo constam os documentos pessoais do filho dele, Mauro de Oliveira Borges, que é pescador artesanal. “Meu pai nunca foi pes-

gador, conhecia peixe apenas na peixaria”, garante Mauro. O processo teve trânsito em julgado no Superior Tribunal de Justiça no dia 26 de agosto de 2013, com decisão favorável ao morto.

Outro processo aberto por Cristiane em nome de José de Oliveira Borges, contra a Petrobras, tramita na 1.ª Vara Cível de Paranaguá. A ação não traz documentos do morto e sim de Rosilda Cunha Lopes, de quem o filho de Borges, Mauro, nunca ouviu falar. De acordo com dados da ação, a advogada peticionou em nome do falecido sabendo que os documentos eram de Rosilda: a própria advogada pede prazo de 60 dias no processo para localizá-la, o que não ocorreu.

Outros casos

Outro processo contra a Petrobras tramita na Justiça em nome de Alberto Ferreira Lopes, morto 19 anos antes do acidente que originou a ação de indenização. Em ofício à Justiça de Paranaguá, de 7 de dezembro de 2010, a advogada Cristiane Uliana solicita audiência para produção de prova testemunhal “visando a comprovação da legitimidade ativa do autor nos autos”. Lopes não compareceu à audiência marcada em 2011 pelo juiz Hélio Arabori. Nem poderia. Ele morreu em 1985.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

No despacho da audiência, o juiz pede habilitação dos herdeiros na ação, mesmo com o atestado de óbito comprovando que Alberto havia morrido muitos anos antes do acidente, o que o torna parte ilegítima da ação.

Outro lado

A Gazeta do Povo tentou por diversas vezes ouvir a advogada Cristiane Uliana, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição. Foram feitas tentativas de entrevista por e-mail, telefone e pessoalmente, no escritório dela em Paranaguá.

REVOGAÇÃO



Depois que a **Gazeta do Povo** protocolou pedido para ter acesso à ação aberta em nome do falecido José de Oliveira Borges (e que resultou em decisão favorável ao morto no STJ), a juíza da 2ª Vara Cível de Paranaguá, Mércia do Nascimento Franchi, determinou a realização de uma audiência para esclarecer o caso. O encontro ocorreu no dia 27 de novembro de 2013 (foto). A juíza decretou a nulidade da execução provisória e pediu para que na ação originária fosse trocado o nome do morto pelo do filho dele, o pescador Mauro de Oliveira Borges.

CONTINUA

RELATO

“Tinha um advogado no escritório que cuidava só das viúvas”

O pescador Jamil Ferreira Fernandes morreu em 1999, cinco anos antes da explosão do navio Vicuña no terminal da empresa Cattalini, em Paranaguá. Porém, há um processo em nome dele, contra a Cattalini, tramitando na Justiça de Paranaguá. A empresa desconhece a morte e avalia uma proposta de acordo no valor de R\$ 1,2 mil. A **Gazeta do Povo** teve acesso à ação, ajuizada em 2004. Os documentos são de Jamil, mas a procuração está assinada em nome do irmão dele, Jail Ferreira Fernandes, falecido em 2006.

Analfabeta, a viúva de Jamil, Jurema Fernandes, alega ter sido orientada pela advogada Cristiane Uliana a pedir a indenização em nome do marido morto porque ela não tinha carteirinha de pescadora, embora essa fosse sua atividade profissional à época. Jurema ignora a ilegalidade do ato e ainda tem esperança de receber o dinheiro. “Eu falei para a advogada que meu marido já havia morrido e ela disse que tinha um advogado no escritório que cuidava só das viúvas.” (O.E.)

ROMARIA

A notícia do não pagamento de indenizações já liberadas pela Justiça a pescadores provocou uma verdadeira romaria ao Fórum de Paranaguá. Além disso, lideranças da Ilha de São Miguel, Ilha das Peças, Ponta de Ulbá e Superagui disseram que a maioria dos pescadores encontra dificuldade de obter informações sobre os processos.

12 ABR 2014

GAZETA DO POVO CONTINUAÇÃO

Pescador tem duas ações, motivadas pelo mesmo acidente

■ O pescador Jail Ferreira Fernandes teve duas ações contra a Cattalini abertas em seu nome — as duas motivadas pelo mesmo acidente. A empresa fez um acordo para pagar R\$ 1,2 mil para Jail e outros 792 pescadores. O valor foi repassado pela Cattalini em cheques coletivos, que continham várias indenizações. Jail não chegou a receber a indenização, porque morreu meses antes do pagamento, no dia 14 de outubro de 2006.

A viúva de Jail, Nazir Ferreira Fernandes, diz não ter recebido o dinheiro da indenização do marido. “Procurei o advogado para receber o dinheiro da indenização, mas ele me informou que eu deveria fazer um inventário e que não compensaria, pois esse processo seria mais caro que os R\$ 950 que ele repassaria sobre o acordo da Cattalini”, reclama.

Em 2007, um ano depois da morte de Jail, a advogada Cristiane Uliana entrou com mais um processo indenizatório contra a Cattalini em nome dele. O processo coletivo incluía outros 51 pescadores. Em 2010 a advogada desistiu do processo, que foi arquivado. A viúva de Jail diz desconhecer a ação póstuma.

12 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Justiça determina 14 exonerações

Fábio Cherubini

A 1.ª Vara da Fazenda Pública do Foro Regional de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba, determinou a exoneração de 14 parentes de vereadores e integrantes da executiva do Município. De acordo com o Ministério Público do Paraná (MP), os servidores ocupam cargos comissionados e foram nomeados pela prefeita Bete Pavin e pelo presidente da Câmara, José Renato Strapasson, que ocupou a prefeitura no início deste ano.

O MP informou que as nomeações contrariam as disposições da Súmula Vinculante n.º 13, expedida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que impede o nepotismo. Segundo o MP, a decisão de exonerar os ocupantes dos cargos foi proferida com base em uma ação de improbidade administrativa proposta pela 6.ª Promotoria de Justiça da cidade.

A promotoria informou que 18 pessoas foram beneficiadas, das quais quatro são parentes de secretários municipais, oito têm parentesco com vereadores do município e seis com chefes, assessores e diretores de departamentos da prefeitura. De acordo com o MP, foram excluídos da ação quatro parentes de secretários municipais, que serão objeto de outra ação. O MP lembra que a prefeita e o vereador, assim como os 14 comissionados, estão sujeitos às penas previstas pela Lei de Improbidade Administrativa, como a perda da função pública, suspensão dos direitos políticos pelo período de 3 a 5 anos e a aplicação de multa civil de até 100 vezes o valor da remuneração recebida pelo agente público.

OUTROLADO

O presidente da Câmara Municipal de Colombo, José Renato Strapasson, afirmou que não foi notificado da decisão da Justiça, mas nega as nomeações de parentes. A assessoria da prefeita Bete Pavin declarou que ela não se pronunciaria sobre o caso por não ter sido notificada.

Paraná, eterno patinho feio

Ao que parece, finalmente está resolvido o imbróglio que impedia o governo do Paraná de ter acesso a linhas de crédito. Com a decisão liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) já autorizou o primeiro empréstimo. Mas será que daqui para frente haverá mudança significativa no status do Paraná junto à União? Afinal, sempre fomos um dos “patinhos feios” da federação brasileira.

As primeiras tratativas do governo paranaense para obtenção de empréstimos datam ainda de 2011. De lá para cá, muita divergência e falta de transparência, de todos os lados. Na visão dos aliados do governador Beto Richa, não havia argumentação técnica, apenas retaliação política. Do lado da presidente Dilma Rousseff, do PT e da STN, a explicação era de que o estado estava descumprindo a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Não vem ao caso agora discutir quem tinha razão. O fato é que o Paraná, historicamente, se dá mal quando se trata de conseguir recursos ou outras benesses da União. Tucanos podem galhar agora, mas isso não começou com Dilma e Richa.

Um acontecimento desta semana ilustra bem a briga política a respeito de recursos públicos, e ocorreu quando Roberto Requião era governador do Paraná e o aliado Lula era presidente do Brasil. Estava na pauta do STF de quinta-feira passada o julgamento de uma ação por calúnia movida pelo ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, contra Requião. O item foi retirado de pauta a pedido dos advogados do petista e, com isso, o caso prescreverá.

E como surgiu a ação por calúnia? Tudo começou em 31 de janeiro de 2010, quando a *Gazeta do Povo* publicou uma reportagem sobre o andamento das

obras do PAC no Paraná. O texto mostrava que, das 20 obras prometidas para o estado, apenas três haviam sido concluídas desde o lançamento do programa, em 2007. Outros dez projetos estavam em andamento e sete obras estavam empacadas.

Na ocasião, Paulo Bernardo, na época ministro do Planejamento, declarou à reportagem: “Muitas pessoas me perguntam por que há menos obras do PAC no Paraná do que em outros estados. É porque há governadores que brigam e vêm aqui para Brasília discutir com os ministros e com o presidente, para obter investimentos em infraestrutura. O Paraná não tem dado tanta ênfase nesse aspecto”.

A declaração gerou reação imediata de Requião, que começou a detonar o ministro via Twitter.

Dias depois, em 17 de fevereiro, a *Gazeta do Povo* publicou outra reportagem mostrando o desprestígio do estado na divisão do Orçamento de 2010: “Sem articulação, Paraná fica na rabeira dos repasses da União”. Com base na execução orçamentária de vários anos, porém, o texto mostrava que a mesma coisa acontecia ainda em 2002, quando a presidência da República era ocupada por Fernando Henrique Cardoso e o governo do Paraná pelo aliado Jaime Lerner.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

12 ABR 2014

Mesmo assim, Requião não perdoou Paulo Bernardo e, em 23 de fevereiro de 2010, acusou o ministro de ter proposto o superfaturamento de uma obra ferroviária no Paraná. A declaração foi feita durante um dos encontros semanais da reunião de governo e transmitida ao vivo pela televisão. Por conta disso, Paulo Bernardo decidiu processar Requião por calúnia.

Outros casos

A perseguição política pode realmente existir, mas a história mostra que os líderes do Paraná não possuem carisma, lábia ou capacidade de conquistar mais recurso ou espaço nas instâncias federais. Nossa única participação no STF, por exemplo, criado em 1890, está completando 100 anos: Ubaldino do Amaral ficou no órgão entre 1894 e 1896. A participação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) também foi pífia, assim como no Tribunal de Contas da União (TCU). No comando da Câmara dos Deputados e do Senado, nada.

Agora o Paraná conseguiu a liberação das operações de crédito. Mas empréstimo não é favor nenhum, e nós, cidadãos, teremos de pagar a conta no futuro. Mais importante do que isso é termos parlamentares e gestores com articulação suficiente para garantir verbas federais para o estado. O mandato dos que estão aí está quase acabando. Para os eleitos/reeleitos nas próximas eleições, façam um pedido, como cidadãos: se esforcem mais, trabalhem mais pelo Paraná.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA

12 ABR 2014

NOVA COLUNA

E como hoje é sábado, dia propício para relaxar, a coluna traz curiosa notícia sobre a burocracia do nosso Judiciário, envolvendo infortunado ladrão de galinha. Eis que, dias desses, um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) negou uma liminar para arquivar ação penal contra um homem acusado de roubar um galo e uma galinha, avaliados em R\$ 40. Tudo porque sua excelência entendeu que o caso deve ser resolvido no mérito de um habeas corpus, após manifestação do Ministério Público.

A questão foi submetida ao STF depois de percorrer os longos caminhos de todas as instâncias do Judiciário. No início do imbróglio, a Defensoria Pública pediu, sem êxito, a extinção do processo.

"A causa de pedir da liminar se confunde com o mérito da impetração, porquanto ambos referem-se à aplicabilidade, ou não, do princípio da insignificância no caso sub examine", assim decidiu o ministro relator.

NOTAS POLÍTICAS

Reviravolta em Quatigá

A Justiça atendeu pedido do prefeito de Quatigá, Luís Fernando Dolenz (PSDB), e anulou ontem o decreto legislativo que o afastava da prefeitura do município do Norte Pioneiro por 180 dias. A liminar deu prazo de 10 dias para os vereadores apresentarem a justificativa para o afastamento. A Câmara afastou Dolenz até que uma CPI investigue possíveis irregularidades no Hospital São Vicente de Paulo, que era administrado pela sua filha, Isabella Dolenz.

Multas Sociais

Tribunal de Contas

"E pensar que o cargo é vitalício! É uma grande mentira dizer que a monarquia acabou no Brasil. Política mentirosa."

Carlos Yansson, via Facebook, sobre a volta de Fabio Camargo ao Tribunal de Contas do Estado.

Coluna do leitor

Atenção

"Eu nem notei."

Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre o protesto de militantes do PT contra ele, na semana passada, quando saía de um bar em Brasília. Barbosa disse que percebeu que havia uma manifestação "quando estava dentro do carro".

TRANSFERÊNCIA

O juízo da 13.ª Vara Federal do Paraná irá ouvir a manifestação da defesa e do Ministério Público Federal antes de decidir pela transferência dos doleiros Alberto Youssef e Carlos Habib Chater e do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa de Curitiba para o presídio federal de segurança máxima de Catanduvas (PR). Eles estão detidos na carceragem da Superintendência da Polícia Federal (PF) da capital. O pedido foi feito anteontem pela PF e inclui a solicitação de transferência de outros 11 envolvidos na operação Lava Jato para prisões estaduais.

12 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Liminar do TJ abre ação contra 12 executivos do cartel de trens

O Ministério Público obteve uma medida liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo que determina a abertura de ação criminal contra 12 executivos e ex-dirigentes de empresas do setor de trens acusados de formação de cartel em licitação da linha 5-lilás do Metrô. A liminar do tribunal cassa a decisão de primeira instância do juiz Benedito Pozzer, da 7.^a Vara Criminal da capital, que em 31 de março rejeitou a denúncia contra os acusados e negou a abertura de processo criminal contra cinco executivos da empresa Siemens, três da Alstom, um da DaimlerChrysler, um da CAF, um da Mitsui e um da TTrans.

Segundo o entendimento de Pozzer, já ocorreu a prescrição dos crimes atribuídos aos denunciados. Para o magistrado, os crimes teriam sido praticados até 10 de outubro de 2000, quando o contrato da linha-5 foi assinado, e assim a prescrição dos delitos ocorreu em 9 de outubro de 2012. Porém, decisão de quarta-feira do Tribunal de Justiça aponta que a contagem do prazo de prescrição não deve ser iniciada na data da assinatura do contrato. O magistrado relator do caso, Alex Zilenovski, acolheu a argumentação do promotor Marcelo Mendroni, responsável pela denúncia.

Nova perícia indicará se Genoino voltará ao Presídio da Papuda

O ex-deputado José Genoino, condenado a 4 anos e 8 meses de prisão no processo do mensalão, passará hoje à tarde por uma nova perícia médica, às 14h, no Instituto de Cardiologia do Distrito Federal. Com base no resultado da perícia, que será feita por uma equipe médica do Hospital Universitário de Brasília, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, vai decidir se Genoino continuará em prisão domiciliar ou retornará ao Presídio da Papuda. Genoino teve prisão decretada em novembro do ano passado e chegou a ser levado para a Papuda, mas, por determinação de Barbosa, ganhou o direito de cumprir prisão domiciliar temporária.

Juiz nega pedido para Delúbio passar a Páscoa com a família

O juiz Mario José de Assis Pegado, da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal, rejeitou um pedido do ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares para que ele fosse autorizado a viajar para Buriti Alegre (GO), no feriado de Páscoa. A família de Delúbio vive em Goiás. Pegado observou que Delúbio não se enquadra na exceção uma vez que o endereço fornecido não corresponde ao seu domicílio. "Ademais, considerando que o município de Buriti Alegre/GO se encontra a mais de 350 quilômetros de distância desta Capital, tal localidade não pode ser considerada como parte do entorno do Distrito Federal", afirmou o juiz em seu despacho.

13 ABR 2014

GAZETA DO POVO

infância esquecida

Condenados ao abandono

Contrariando a legislação, 62% dos adolescentes acolhidos em Curitiba permanecem nas instituições até chegarem à maioria

Felippe Aníbal

Seis em cada dez adolescentes que vivem em casas de acolhimento de Curitiba estão fadados a permanecer nas instituições até atingirem a maioria. Na letra fria das estatísticas, 145 desses jovens — com idades entre 12 e 18 anos — são classificados como “sem possibilidade de desacolhimento”: não podem voltar a viver com pais ou familiares e dificilmente serão adotados.

Os números seguem uma tendência nacional, que escancara o alto índice de abrigamento do país. Escondem histórias de indivíduos fortes — de quem teve de, desde muito cedo, conviver com a rejeição —, mas revelam a necessidade urgente de políticas para preparar esses jovens para a fase pós-abrigo.

O levantamento é feito pelo programa piloto

O longo caminho até a adoção, as crianças e adolescentes que lotam as instituições de acolhimento e as iniciativas para amparar esses jovens.

“Desacolher também é proteger”, do Conselho de Supervisão dos Juízos de Infância e Juventude do Paraná (Consij-PR). O grupo promoveu um pente-fino na situação processual de cada adolescente acolhido em Curitiba e deve, até a metade do ano, finalizar a análise da situação das crianças.

Assim que a apuração for concluída, o conselho pretende agilizar a adoção ou o retorno à família dos jovens que estiverem aptos para isso. Caso isso não seja possível, irão sugerir programas e parcerias para que os “sem possibilidade de desacolhimento” não fiquem esquecidos nos abrigos. O órgão deve estimular o poder público, empresas e associações a promoverem ações voltadas à qualificação e à colocação profissional desses jovens.

“É preciso um trabalho para que eles, ao atingirem os 18 anos, tenham autonomia para dar início à vida adulta, com encaminhamento profissional e educacional”, resume o presidente do Consij-PR, desembargador Fernando Wolff Bodziak. O próprio Tribunal de Justiça já estu-

da um programa de estágio voltado aos acolhidos.

A necessidade de políticas direcionadas a esses jovens se torna ainda mais evidente quando os dados são estratificados. Do total de adolescentes abrigados em Curitiba, 62% estão nas instituições há mais de dois anos. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fixa em dois anos o prazo máximo de permanência.

A realidade corrobora o que os números apontam. Na Casa Acácias, instituição localizada no Hauer, dos dez acolhidos, oito estão sem possibilidade de deixar o abrigo. Os outros dois estão com o processo de retorno à família em andamento, mas não querem voltar a viver com os pais. Apenas dois trabalham. Quatro batalham por emprego, mas sem experiência e especialização, veem as portas se fecharem.

“A gente percebe que faltam oportunidades e direcionamento desses jovens a um emprego. Eles só precisam de uma chance”, diz Marlene Garcia de Andrade, gestora da casa.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

PERFIL DOS ACOLHIDOS CONTINUAÇÃO

13 ABR 2014

O programa "Desacolher também é proteger" concluiu a revisão processual dos adolescentes acolhidos em Curitiba. Veja os números.

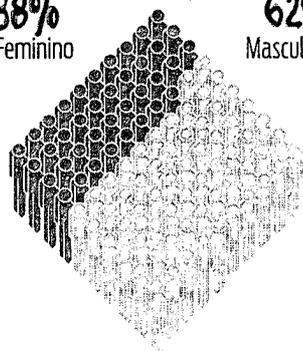
88
com possibilidade
de desacolhimento



145
sem possibilidade
de desacolhimento

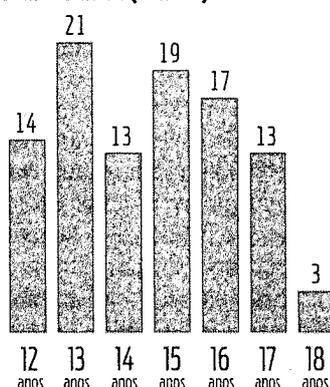
Sexo

38%
Feminino



62%
Masculino

Faixa etária (em %)



Ranking do acolhimento

Veja as dez unidades da federação que mais têm crianças e adolescentes em instituições de acolhimento.

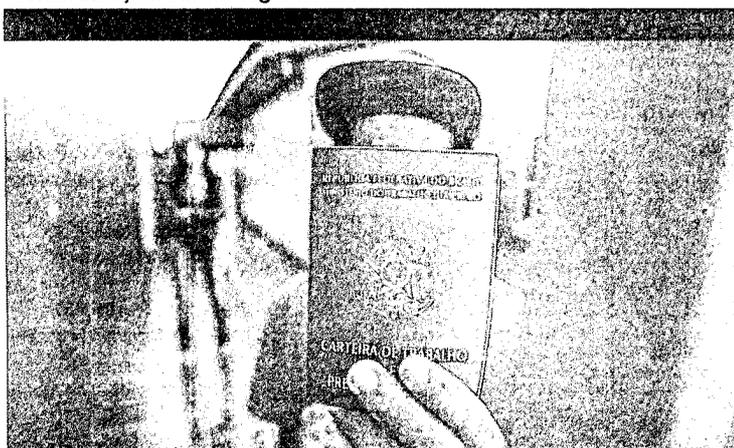
São Paulo	12.334
Minas Gerais	5.772
Rio Grande do Sul	4.979
Rio de Janeiro	4.962
x Paraná	3.504
Santa Catarina	1.788
Espírito Santo	1.451
Pernambuco	1.426
Goiás	1.381
Mato Grosso do Sul	1.223
Brasil	46.680

Fonte: Consij-PR e CNJ. Infografia: Gazeta do Povo.

OPORTUNIDADES

Curitiba quer ampliar participação da iniciativa privada

Apesar de contar com unidades de acolhimento próprias e conveniadas e de oferecer programas e cursos profissionalizantes, a Fundação de Ação Social (FAS) da prefeitura de Curitiba quer ampliar a participação da iniciativa privada na rede de proteção aos jovens acolhidos. "Isso gera uma sensação de responsabilização na sociedade, que passa a ficar envolvida no processo. A iniciativa privada pode abrir outras oportunidades a essas crianças e adolescentes que o poder público não poderia oferecer", diz a presidente da FAS, Marcia Fruet. Um dos principais programas da prefeitura é o "Adolescente Aprendiz", em que os jovens podem passar um período em uma empresa, aprendendo cada função. São 1.720 vagas oferecidas, prioritariamente, a jovens em vulnerabilidade social. Além de cursos profissionalizantes, como os de Liceus de Ofício, a FAS deve lançar ainda neste ano cursos de idiomas voltados a esses adolescentes. "O nosso foco é dar suporte para que este jovem seja inserido no mercado de trabalho", explica Marcia.



Van*, 16 anos, retomou a buscar por um emprego.

R\$ 735
MENSAIS

por criança acolhida são repassados pela prefeitura de Curitiba a oito instituições de acolhimento oficiais, do próprio município, e a 43 outras instituições conveniadas. Estuda-se ampliar o valor a partir de maio.

CONTINUA

Paraná é o quinto estado no ranking

Em números absolutos, o Paraná é a quinta unidade da federação com mais crianças e adolescentes acolhidos em instituições. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), até o fim de março, 3.504 jovens viviam em abrigos no estado. São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul lideram a lista. O CNJ disse não ter dados específicos das capitais.

Por um lado, o acolhimento em abrigos indica que os jovens estão, de alguma forma, amparados materialmente. Por outro, por melhor que seja, uma instituição jamais substituirá uma família. Nos acolhimentos, a regra é o desamparo emocional.

Medida

Além disso, o acolhimento é uma medida protetiva provisória. Segundo o ECA, a prioridade deve ser tentar restaurar o vínculo da criança ou adolescente com a família. Caso não seja possível, deve-se dar encaminhamento à adoção. A permanência por tempo excessivo nas instituições revela que algo não vai bem.

A psicóloga e pesquisadora Lídia Weber avalia que uma série de fatores contribui para a “permanência” dos adolescentes nos abrigos. Entre eles, a demora no encaminhamento das crianças à adoção. De acordo com o ECA, a situação processual de cada acolhido deve ser revisada a cada seis meses, o que não ocorre. A especialista ressalta a necessidade de se olhar para esses jovens com urgência.

“Como alguém que morou a vida toda numa instituição vai sair e ter autonomia? Não tem. Nós não podemos achar isso normal”, diz. “Todo o processo de acompanhamento dos casos e de direcionamento à adoção precisa ser mais ágil, porque isso está diretamente ligado ao problema”, conclui. (FA)

“Como alguém que morou a vida toda numa instituição vai sair e ter autonomia? Não tem. Nós não podemos achar isso normal. Todo o processo de acompanhamento dos casos e de direcionamento à adoção precisa ser mais ágil, porque isso está diretamente ligado ao problema.”

Lídia Weber, psicóloga e pesquisadora.

Busca por emprego aflige os mais velhos

Com a carteira de trabalho nas mãos e cheio de esperança, Ivan*, 16 anos, retomou as buscas por um emprego. Ele já percorreu o Centro de Curitiba algumas vezes distribuindo currículos, na expectativa de ser chamado. O rapaz vive há 11 anos na Casa Acácias. Neste período, frequentou só um curso de informática e um programa de menor aprendiz. Deve concluir o ensino médio ainda neste ano. Por causa da baixa qualificação, não faz grandes exigências quanto ao futuro trabalho. “O que vier está bom”, sintetiza.

Ivan conta que não tem ideia de como vai ser a vida pós-abrigo. A permanência só é permitida até os 18 anos. Sem ter frequentado um bom curso profissionalizante, se sente sem respaldo para caminhar com as próprias pernas. “Apesar do apoio da ca-

sa, não temos muito rumo. Me preocupo com a vida adulta.”

Além de Ivan, outros três adolescentes da Acácias procuram emprego. Todos miram o exemplo de Fábio*, de 17 anos. Ele participou por dois anos do programa de aprendizes da Oi, conseguiu poupar um dinheirinho e, agora, se prepara para frequentar um cursinho pré-vestibular. “Quero passar em Psicologia e trabalhar com crianças que foram abandonadas”, diz o jovem vaidoso, de cabelos bem penteados.

Além da falta de auxílio, as crianças e adolescentes que vivem em instituições esbarram em um obstáculo invisível: o preconceito. “As pessoas te olham diferente. Você é visto como ‘o órfão’. Eles preferem quem vem de uma família normal”, diz Fábio. Por causa dos “olhares diferentes”, Ivan tirou do currículo o fato de viver em uma instituição. “Depois que conseguir o emprego, eu conto ao patrão. Mas agora, não quero arriscar.” (FA)

*Nomes fictícios.

»JUDICIÁRIO ANTONIO CESAR BOCHENEK

“É preciso lutar”, diz juiz sobre a criação dos TRFs

Talana Bubniak

ENTREVISTA

ANTONIO CESAR
BOCHENEK, presidente
eleito da Ajufe

Eleito para presidir a Associação Nacional dos Juizes Federais (Ajufe), o paranaense Antonio Cesar Bochenek diz que pretende lutar pela implantação dos novos Tribunais Regionais Federais que já foram autorizados, inclusive no Paraná. Além disso, à frente do órgão, ele quer advogar a favor da carreira dos magistrados, que, de acordo com ele, é um segmento que não tem definições. “Juizes que estão entrando na função ganham a mesma coisa que aqueles que estão se aposentando”, comenta. Até fevereiro, Bochenek presidiu o braço da associação no Paraná e diz que a passagem pela Apajufe vai ajudar nos trâmites que envolvem a criação dos novos TRFs. Ele conversou com a Gazeta do Povo sobre os desafios da gestão da associação. Confira alguns trechos da entrevista.

Quais são as propostas para o mandato à frente da Ajufe?

Os principais compromissos assumidos com os associados estão relaciona-

dos com a atuação corporativa e institucional. A primeira, na defesa dos direitos, interesses e prerrogativas da magistratura. A atuação institucional esta focada no aperfeiçoamento da Justiça Federal e do Poder Judiciário. O resgate do padrão remuneratório da magistratura federal é um ponto fundamental, pois nos últimos anos o processo inflacionário deteriorou o valor nominal do subsídio, inserido num processo de desvalorização da magistratura. Outro ponto de destaque serão as ações para a democratização do Judiciário como as eleições diretas e participação efetiva dos juizes de primeiro grau no processo de tomada de deliberações administrativas. Também são compromissos com os associados o trabalho para a criação e ampliação dos TRFs e a estruturação das Turmas Recursais.

Quais são as principais necessidades da magistratura federal e como a associação pode atuar para consegui-las?

Hoje a magistratura é um dos poucos segmentos que não apresenta um sentido de carreira. Os magistrados que ingressam recebem os mesmos valores daqueles que estão próximos

da aposentadoria. A aprovação da PEC 63, que trata do adicional por tempo de magistratura, é uma prioridade para recuperar o sentido e carreira e valorizar os magistrados pelo tempo de trabalho dedicado à magistratura. Vale lembrar que o magistrado não pode exercer outra atividade, salvo a de professor.

O senhor presidiu a Apajufe [Associação Paranaense dos Juizes Federais] até fevereiro. De que forma essa atuação pode ajudar ou influenciar na atuação nacional?

A experiência de presidir a Apajufe foi relevante, principalmente por ter trabalhado de forma constante no processo de criação dos novos TRFs. Também foi possível ampliar as ações em curso da associação e me aperfeiçoar na gestão e no relacionamento político associativo. A Ajufe é muito maior, mas as experiências adquiridas com os colegas do Paraná certamente serão úteis neste novo desafio.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

As demandas dos juízes federais no Paraná são as mesmas do resto do país ou aqui há alguma particularidade?

A maior parte das demandas coincide, pois são melhorias de condições de trabalho, remuneração e o aperfeiçoamento do sistema de Justiça. A associação regional trata mais de questões relacionadas diretamente aos TRFs, enquanto que a Ajufe tem um papel de coordenação da frente associativa em questões macro relacionadas às searas administrativas (Conselho da Justiça Federal, Conselho Nacional de Justiça) legislativas (Congresso Nacional) e judiciais (Justiça Federal, STJ e STF).

Com relação aos novos TRFs, inclusive no Paraná, existe alguma estratégia para destravar a criação dos tribunais?

O procurador-geral da república apresentou o parecer na ADI 5017 e agora cabe ao ministro relator, Luiz Fux, apresentar o voto e ao presidente do STF, Joaquim Barbosa, pautar a ADI para julgamento. Ressalto também que a liminar deferida foi apoiada em fundamentos técnicos do Ipea, e nos últimos dias a imprensa divulgou reportagens da posição política daquele órgão, sem a isenção anteriormente propagada. É preciso continuar a lutar pelo julgamento da ADI, tanto pela ausência de legitimidade para o ajuizamento da ação quanto pela improcedência da demanda.

Como o sr. vê o pagamento de auxílios como o “vale alimentação” e “vale moradia” para juízes? Se esses benefícios forem concedidos, quais critérios devem ser levados em conta?

São benefícios previstos na legislação e devidos aos magistrados. Assim como os trabalhadores têm direitos, os magistrados também possuem direitos previstos em lei. Os critérios, em regra, são definidos a partir da previsão orçamentária.



O resgate do padrão remuneratório da magistratura é ponto fundamental, pois nos últimos anos o processo inflacionário deteriorou o valor do subsídio, inserido num processo de desvalorização da magistratura.

São benefícios previstos na legislação e devidos aos magistrados. Assim como os trabalhadores têm direitos, os magistrados também possuem direitos previstos em lei. Os critérios, em regra, são definidos a partir da previsão orçamentária.

Hoje a magistratura é um dos poucos segmentos que não apresenta um sentido de carreira. Os magistrados que ingressam recebem os mesmos valores daqueles que estão próximos da aposentadoria.

13 ABR 2014

» JUDICIÁRIO

GAZETA DO POVO

Paraná vai insistir no STF para tentar liberar mais 4 empréstimos

Entrave relativo a gastos com saúde foi resolvido. Falta estender efeitos de decisão dizendo que estado respeita limite de gastos com pessoal

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) vai entrar nesta semana com uma nova ação cautelar no Supremo Tribunal Federal (STF) para destravar quatro empréstimos internacionais que somam R\$ 1,5 bilhão. O objetivo é estender o alcance de uma decisão liminar concedida em fevereiro pelo ministro da corte Marco Aurélio Mello que suspendeu as restrições ao governo do Paraná provocadas pelo descumprimento dos limites legais de gastos com pessoal.

Na semana passada, o estado conseguiu autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para receber o empréstimo de R\$ 817 milhões do Banco do Brasil, dentro do Programa de Apoio ao Investimento de Estados e do Distrito Federal (Proinveste). O aval só saiu graças a outra liminar, concedida pelo ministro Luís Roberto Barroso,

referente ao cumprimento dos gastos com saúde. A decisão de Barroso também abrange os demais quatro empréstimos internacionais.

O Proinveste saiu antes dos demais, contudo, porque era o único alcançado pela decisão anterior de Marco Aurélio referente a pessoal. "Vamos entrar com outra ação para os demais empréstimos até para resolver o assunto de uma vez e evitar a discussão de filigranas jurídicas com a STN", diz o procurador-geral adjunto, Sérgio Botto de Lacerda.

Indicadores

A avaliação de empréstimos feita pela STN mede uma série de indicadores das finanças públicas de estados e municípios, como os limites de gastos com pessoal e saúde previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Financiamentos que não exigem garantia da União contêm menos etapas burocráticas. Os que demandam o aval, como no caso dos cinco negociados pelo Paraná, são mais complexos.

Das operações que ainda não foram liberadas, duas ainda precisam da aprovação do Senado e depois voltam para apreciação do Ministério da Fazenda — US\$ 557 milhões do Credit Suisse e US\$ 67,2 milhões

do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As outras duas, de US\$ 8,5 milhões e US\$ 60 milhões (ambas do BID), já foram aprovadas pelos senadores e estão sob consulta do departamento jurídico do Ministério da Fazenda.

R\$ 1,5
BILHÃO

É o valor dos quatro empréstimos que o governo paranaense ainda tenta liberar no Supremo Tribunal Federal. O empréstimo já liberado é de R\$ 817 milhões.

CONTINUA

13 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

ENTENDA O CASO

A disputa judicial sobre os empréstimos no STF começou em fevereiro deste ano e se arrastou por dois meses. Veja os principais lances:

● **14/2** – O ministro Marco Aurélio Mello concede liminar na Ação Cautelar 3492, apresentada pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). A decisão determina que a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) deve acatar a aferição dos gastos com pessoal do governo estadual feitas pelo Tribunal de Contas para a concessão de garantia do empréstimo de R\$ 817 milhões do Banco do Brasil, dentro do Proinveste.

● **3/4** – Marco Aurélio entende que a decisão da liminar concedida no âmbito da Ação Cautelar 3492 foi descumprida e determina multa diária de R\$ 100 mil à União. A STN entende que não está descumprindo a liminar. Segundo o órgão, o empréstimo não é liberado porque o estado não cumpriu os gastos mínimos com saúde – e não mais com pessoal.

● **8/4** – A PGE apresenta outra petição na Ação Cautelar 3492 e solicita majoração da multa diária, a fixação de uma multa pessoal ao secretário do Tesouro Nacional, Arno Augustin, e a expedição de um mandado de prisão contra o secretário, por crime de desobediência. Marco Aurélio ainda não se pronunciou sobre o pedido.

● **10/4** – O ministro Luís Roberto Barroso concede outra liminar, no âmbito da Ação Cautelar 3600, apresentada pela PGE no dia 3 deste mês. A decisão suspende as restrições impostas pela União ao governo do Paraná pelo descumprimento do limite legal de 12% dos gastos com saúde em 2013. Os efeitos abrangem as cinco operações de crédito negociadas pelo estado em análise na STN e devem desativar imediatamente o empréstimo do Banco do Brasil. Para os demais, a PGE vai entrar com uma nova petição no STF para estender os efeitos da Ação Cautelar 3492.

GAZETA DO POVO

Notas Políticas

TJ vai às compras

O Tribunal de Justiça do Paraná tem duas licitações grandes marcadas para a semana que vem. Numa, a compra prevista é de toners de impressoras. O valor máximo para 2 mil unidades é de R\$ 953 mil. A outra licitação registrará preços de carinhos de cargas. Nessa, o TJ admite gastar até R\$ 157 mil.

Ainda as galinhas

6 de maio. Essa é a data marcada para que o Supremo Tribunal Federal faça uma audiência em que decidirá se encerra ou não o processo contra um rapaz de Juiz de Fora acusado de roubar uma galinha e um galo no valor de R\$ 40. O ministro Luiz Fux recusou o pedido de enquadrar o furto no princípio da insignificância, conforme noticiou ontem esta coluna. "Deveria haver mais bom senso do STF", disse ao jornal *O Tempo* o presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB mineira, Bruno Burgarelli.

Pinga-fogo

"Eu nem notei, quando fui notar estava dentro do carro."

Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal, sobre uma manifestação de petistas contra ele, em Brasília.

Violência doméstica

O Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Curitiba recebeu no ano passado 750 denúncias de agressão, cerca de 60 por mês. O volume de trabalho é considerado muito alto para a estrutura da vara, que conta com apenas um juiz, dois assessores, três psicólogos e um assistente social, além de técnicos e oficiais de justiça. Conforme critérios estabelecidos pelo Tribunal de Justiça, com mais de 300 denúncias por ano já é recomendável criar uma segunda vara. Por causa da falta de estrutura, o próximo mês disponível para audiências no juizado é julho de 2015.

13 ABR 2014

Celso Nascimento

Esperança

O senador Alvaro Dias (PSDB) manifestava este fim de semana, em Curitiba, sua esperança de que a ministra Rosa Weber, do STF, vai garantir a instalação da CPI da Petrobras nos moldes propostos pela oposição. Alvaro considera que a outra CPI, governista – que inclui entre seus objetos assuntos que não têm conexão com a Petrobras – será reconhecida como ilegal pela ministra.

Vai longe 1

"A coisa é seria e vai longe. Começou com André Vargas e o PT, mas vai parar muito mais alto". A afirmação é de um graduado servidor que desde 2002 acompanha os passos do doleiro Alberto Youssef, preso há duas semanas pela Operação Lava Jato da Polícia Federal sob suspeita de chefiar quadrilha de lavagem e de negócios escusos na Petrobras.

Vai longe 2

Há 12 anos, Youssef esteve envolvido em outro escândalo – o da Copel-Olvepar, que teria desviado, em valores de hoje, mais de R\$ 250 milhões de dinheiro público. Secretários de estado, deputados e até conselheiros do Tribunal de Contas foram indiciados. Duas ações, uma cível e outra criminal, foram propostas, mas sequer saíram do 1.º grau. Moral da história: se o caso não tivesse sido abandonado pelo Ministério Público e pela Justiça, Youssef não estaria ainda hoje causando tanta confusão.

13 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

17 são réus no mensalão do DEM

Justiça aceita denúncia feita pelo Ministério Público e abre processo contra envolvidos em esquema de desvio de dinheiro no Distrito Federal

A 7.ª Vara Criminal de Brasília aceitou a denúncia do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) sobre o mensalão do DEM e abriu 17 ações penais contra os envolvidos na Operação Caixa de Pandora. Entre os réus estão o ex-governador José Roberto Arruda e o ex-vice Paulo Octávio, pelo pagamento de propina a deputados distritais em troca de apoio político. De acordo com as investigações da Polícia Federal, o esquema de corrupção era abastecido por dinheiro desviado dos contratos de informática do governo do Distrito Federal. O escândalo veio à tona em 2009.

A lista de crimes praticados pelos 17 denunciados no Mensalão do DEM inclui crimes de corrupção ativa, corrupção passiva, lavagem de dinheiro e quadrilha. No geral, há pedidos de ressarcimento aos cofres públicos em valores que chegam a R\$ 739.528.912.

Delator do esquema de corrupção que operou de 2003 a 2009 no governo do

DF, começando na gestão de Joaquim Roriz e terminando na de Arruda, o ex-secretário Durval Barbosa prestou depoimento nesta sexta-feira à 2.ª Vara de Fazenda em outro processo em que os réus respondem sobre improbidade administrativa. Durval, que ficou famoso por gravar vídeos entregando dinheiro de propina para parlamentares distritais, e para o próprio Arruda, disse que, ao longo desses anos, passaram por suas mãos R\$ 170 milhões. “Sim, dinheiro ilícito, de corrupção. Era dinheiro captado junto a empresas de informática que tinham contratos com o governo”, disse Durval Barbosa.

Durante o depoimento, foram exibidos trechos de alguns vídeos gravados por Durval. Uma das cenas mostradas foi a que Durval entrega R\$ 50 mil num envelope para Arruda. Na imagem, Arruda pede uma cesta. Um assessor do então deputado federal desce com o dinheiro do prédio onde estavam. Questionado nesta sexta-feira por que o político não queria ele mesmo levar o dinheiro, Durval respondeu. “É que na Codeplan [onde Durval era o secretário] tem 60 câmeras instaladas”, disse.

O advogado de Arruda, Edson Sminoto, perguntou a Durval quantos processos respondia na Justiça. “Não sei quantos, mas estou quase empatado com seu cliente”, afirmou. Durval Barbosa afirmou que Arruda lhe ofereceu R\$ 100 milhões para que ele não revelasse o vídeo em que o ex-governador

do DF aparece recebendo dinheiro. Segundo Durval, Arruda até indicou as fontes de onde viriam esses recursos: as obras do veículo leve sobre trilhos (VLT) e do veículo leve sobre pneus (VLP) em Brasília.

Durval disse que em 2009, antes de se beneficiar da delação premiada, mostrou as imagens que flagravam Arruda recebendo dinheiro ao atual governador do DF, Agnelo Queiroz. Na época, Agnelo ainda não tinha mandato e articulava sua candidatura ao governo.

“Foi bem próximo da delação. Por que eu mostrei? Eu já tinha dado depoimento, e estava muito difícil a Procuradoria tomar a decisão. Eu pedi a ajuda dele para que a Procuradoria-Geral da República mandasse logo para a Polícia Federal”, afirmou Durval. “Mostrei uma imagem reduzida. Só o resumo”, disse.

Segundo Durval, Agnelo se comprometeu a atender a solicitação feita. “Atendeu [a solicitação]?”, questionou o juiz. “Não sei se atendeu, mas não demorou muito não. Ele ficou muito decepcionado com a imagem”, respondeu Durval.

“Sim, dinheiro ilícito, de corrupção. Era dinheiro captado junto a empresas de informática que tinham contratos com o governo.”

Durval Barbosa, delator do escândalo, em depoimento sobre o caso.

GAZETA DO POVO

CPI

Rosa Weber dá prazo de 48 horas para que Renan dê informações

Ao invés de conceder a liminar pedida pela oposição na terça-feira, para garantir a instalação da CPI exclusiva para investigar a Petrobras, a ministra relatora do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, deu na noite desta sexta-feira um prazo de 48 horas para que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), preste informações. A liminar, portanto, só poderá ser concedida depois que o Congresso se posicionar sobre a disputa com o governo, na terça-feira.

Como o prazo começa a ser contado a partir do momento em que Renan receber a intimação, sem contar sábado e domingo, a decisão sobre a medida cautelar para cessar os efeitos que impedem a instalação da CPI só deve acontecer depois de terça-feira, quando será votado, em plenário, parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) favorável à ampliação de escopo da CPI. Os governistas pretendem aumentar os temas da investigação para incluir apuração sobre denúncias de irregularidade no metrô de São Paulo durante o governo do PSDB e do Complexo de Suape, em Pernambuco, estado governado pelo PSB de Eduardo Campos. Para o mesmo dia está marcada a sessão do Congresso em que deverão ser lidos os requerimentos de mais duas CPI, dessa vez mistas.

"Considerada a relevância do tema em debate, assino o prazo de 48 horas à autoridade impetrada para prestar, querendo, as informações que entender pertinentes, antes do exame da liminar", escreveu em seu despacho a ministra Rosa Weber.

13 ABR 2014

Parajurista, Senado terá de enfrentar teles

O professor de direito Joaquim Falcão, da Fundação Getulio Vargas, afirmou que o excesso de emendas no Senado ameaça o projeto que cria o Marco Civil da Internet. O texto, que é chamado de "Constituição" da internet no país, já foi aprovado na Câmara e precisa do aval dos senadores para virar lei. Em debate sobre a liberdade de expressão promovido no Rio pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira passada, Falcão atribuiu parte das novas emendas ao lobby de empresas de telecomunicações contra o Marco Civil.

"Este projeto de lei foi usado como barganha para conseguir ministérios e outros cargos, mas felizmente foi aprovado na Câmara. Soube hoje que já existem 41 emendas no Senado. Isso mostra que a resistência das teles será muito grande", afirmou.

O principal alvo de crítica das teles é a chamada neutralidade da rede, princípio segundo o qual a velocidade da conexão não pode ser alterada para prejudicar ou privilegiar determinados sites.

Reinaldo Bessa

Em águas brasileiras

Uma camareira que trabalhou seis meses no navio Costa Concordia, de bandeira italiana, ganhou direito a receber cerca de R\$ 100 mil por indenização trabalhista, que o empregador negava por reivindicar o uso de leis da Itália. O valor inclui férias proporcionais, adicional de insalubridade, horas extras, adicional noturno, devolução do valor do uniforme e dano moral. A Costa International, operadora dos cruzeiros, alegava que a legislação aplicável seria a italiana pelo fato de o navio ser "extensão do território da Itália". O caso foi noticiado nesta semana pelo site gaúcho Espaço Vital.

♦ ♦ ♦

A sentença da Justiça do Trabalho de Gravataí (RS) diz que, se o transatlântico opera cruzeiros turísticos no litoral do Brasil, justifica-se a adoção das leis do nosso país, para assegurar os direitos da trabalhadora brasileira.

"Indústria do Dano Moral no Direito do Consumidor Bancário. Existe ou não?"

- DATA: 5 e 6 de maio (às 19 h).
- REALIZAÇÃO: Comissão de Jurimetria da OAB/PR.
- LOCAL: auditório principal da OAB/PR – Rua Brasilino Moura, 253 – Ahú.
- INFORMAÇÃO: (41) 3250.5700 / www.oabpr.org.br

14 ABR 2014

GAZETA DO POVO



O Tribunal de Justiça do Paraná tem R\$ 830 milhões em caixa para pagar precatórios – dívidas do estado já reconhecidas –, mas o dinheiro está parado por causa de uma disputa judicial. Enquanto isso, centenas de pessoas esperam indefinidamente pelo pagamento. É o caso de **Cilina Grabowzki (foto)**. Ela aguarda, juntamente com o filho Dionisio, pelo pagamento referente a uma ação aberta em 1963 em nome de seu marido, já falecido.

50 ANOS DE UMA DÍVIDA QUE O ESTADO NÃO PAGA

14 ABR 2014

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

Impasse em pagamento de dívidas aumenta sofrimento de famílias

Tribunal tem R\$ 830 milhões para pagar precatórios, mas não quita débitos em função de questionamento jurídico

Katna Baran

O ano era 1963. O Brasil ainda vivia a fase prévia ao golpe militar e tinha um primeiro-ministro. Dionísio Grabowzki, então funcionário do Instituto de Biologia e Pesquisa Tecnológica do Paraná (IBPT), atual Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), juntamente com outros servidores, ingressou na Justiça contra o estado para reivindicar isonomia de promoção no emprego, já que o benefício havia sido concedido a outros funcionários da instituição.

Em 1993, um ano após a ação ter sido reconhecida pela Justiça, Dionísio faleceu. Como herança para a esposa, Cilina de Barros Grabowzki, hoje com 93 anos, e para os três filhos, deixou um precatório de aproximadamente R\$ 150 mil. Mas até hoje, mais de 50 anos depois da entrada do processo na Justiça, a família não viu a cor do dinheiro. “Até o advogado inicial da causa já morreu”, conta um dos filhos, o professor aposentado Dionísio.

A história da família Grabowzki é uma das tantas por trás dos cerca de R\$ 830 milhões que o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) tem em caixa para pagar os precatórios — dívidas do estado reconhecidas definitivamente pela Justiça. Conforme a assessoria do órgão, somente estão sendo pagos créditos de pequeno valor de pessoas com mais de 60 anos e portadores de doença grave. Valores maiores estão parados em razão de um questionamento jurídico.

Impedimento

A fila de pagamentos vinha sendo elaborada pela Secretaria de Estado da Fazenda, mas a empreiteira CR Almeida, que possui cinco precatórios para receber, somando R\$ 300 milhões em créditos, apresentou um questionamento, em 2011, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre essa ordem.

A empreiteira alega que o tribunal paranaense não cumpre a resolução do conselho que trata da gestão de precatórios no âmbito do Poder Judiciário e a Constituição Federal — que determinam que sejam pagas as dívidas em ordem cronológica.

Diante do questionamento, o CNJ determinou, em abril do ano passado, que o tribunal paranaense refizesse a lista de credores de precatórios e que pagasse as dívidas respeitando o critério de ordem cronológica. Porém, o estado do Paraná entrou em outubro com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal pedindo que fosse mantida a fila de pagamento estabelecida pela pasta da Fazenda. A ação está nas mãos da ministra Rosa Weber, mas como ainda não há decisão definitiva, o TJ não tem efetivado a liquidação das dívidas maiores.

CONTINUA

14 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Nem quando há acordo sai o pagamento

I Apesar de ter o entrave jurídico como justificativa para não repassar a verba dos precatórios da ordem cronológica, o Tribunal de Justiça paranaense (TJ-PR) também não tem efetuado o pagamento de dívidas em que há acordo direto com os credores, cuja verba não teria motivo para estar represada. Dos R\$ 830 milhões disponíveis no TJ, pelo menos R\$ 400 milhões estão nessa conta.

Em fevereiro, o governo do Paraná e o TJ decidiram liberar R\$ 200 milhões para precatórios resultantes de acordos. A verba seria destinada ao pagamento de precatórios do menor para o maior valor. A expectativa era quitar cerca de 1,3 mil dos 2,5 mil precatórios em mãos de credores — o que ainda não ocorreu, já que o último repasse do TJ data de janeiro deste ano.

Advogados de credores afirmam que, mesmo com a liberação do dinheiro pelo estado, a falta de pessoal e de estrutura física na central de precatórios do Judiciário paranaense difi-

culta o recebimento. O vice-presidente da seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil, Cássio Telles, afirma que tem acompanhado a situação de perto e que, no último encontro com o presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, no mês passado, houve a promessa de contratação de mais contadores para o setor.

Gomes também teria se comprometido a repassar rapidamente os R\$ 200 milhões liberados em fevereiro, mas sem estipular data. “O presidente argumentou que os pagamentos dessa leva devem começar em breve”, conta Telles.

Bola de neve

Outro motivo que resulta no longo caminho até que o credor possa colocar a mão no dinheiro é o alto valor da dívida do governo. A estimativa é de que, no total, haja cerca de mil precatórios nas mãos de credores, somando pelo menos R\$ 6 bilhões. Em 2013, o estado também atrasou a liberação de 2% da sua receita corrente líquida, conforme determinação legal, em sucessivos meses. Segundo a assessoria do Executivo, porém, todos os depósitos de 2014 estão em dia. (KB)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO Credores se sentem vítimas da demora e de desrespeito

14 ABR 2014

Além da demora em receber, os credores do estado reclamam da falta de informações sobre os processos e a fila de pagamento de precatórios, tanto por parte do governo, quando do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), responsável pelo recolhimento e repasse da verba. “Toda hora o governo muda a regra colocando várias dificuldades”, conta o aposentado Waldir Mattos, que espera receber um precatório no valor de cerca de R\$ 600 mil, reconhecido pela Justiça há 12 anos. A dívida era a favor do pai dele, o então delegado Hermes Machado Mattos, que, como tantos outros credores, faleceu na fila de espera.

“O pior de tudo é que você é maltratado. Pedi uma certidão do precatório no TJ que demorou dez meses para chegar”, conta o advogado Paulo Henrique Demchuk, que desde 1999 aguarda o recebimento de uma dívida do governo do estado com a sua avó, Alba Rocha Loures. “O Brasil vive um sistema medieval de pagamento [de precatórios]. Ao invés de tratar todos como iguais, o estado se prevalece com uma superioridade inexistente”, opina. A ação coletiva, com cerca de cem autores e que soma aproximadamente R\$ 10 milhões, foi ajuizada por professores da rede estadual em 1970. O neto nem lembra mais o motivo da condenação.

Como Alba faleceu há seis anos, o precatório da professora passou para os três filhos dela, o que acarretou em um novo obstáculo para o recebimento: uma nova ação que contesta a incidência de tributos para os novos credores. “Quando os credores falecem, os herdeiros têm que substituir o autor na ação. Mas a postura do estado é tão mal concebida que ele quer cobrar tributos sobre a cessão dos créditos, ou seja, sobre uma coisa que ele mesmo causou, que é a demora nos pagamentos”, diz Demchuk.

“Falsa” preferência

As ações judiciais dos três credores do estado consultados pela reportagem são referentes a recebimento de salários, ou seja, constituem precatórios de natureza alimentar e, como se tratam de pessoas com mais de 60 anos, teriam preferência na fila de pagamento, mas, até então, nenhum deles embolsou o dinheiro. “Há uma determinação de que a verba saia até 2015, mas é difícil acreditar. Talvez agora que é ano eleitoral, saia”, espera Mattos. (KB)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

14 ABR 2014

JUSTIÇA FEDERAL

Precatórios da União são mais rápidos, mas também têm problemas

Apesar de os pagamentos da União serem feitos de forma mais organizada e transparente, relatos de credores mostram que o dinheiro devido por essa fonte também demora a sair. "O nosso santo dinheirinho está retido enquanto os corruptos estão roubando", desabafa o bancário aposentado João Abrão Filho, que espera um precatório da União no valor de aproximadamente R\$ 140 mil desde novembro de 2012.

A situação de Abrão não seria tão grave se ele não contasse com o dinheiro para ajudar no tratamento da doença de Parkinson, com a qual foi diagnosticado há 22 anos. O quadro se agravou há cinco anos, quando ele se viu obrigado a pedir a aposentadoria. "Tive que entrar nesse processo triste e danoso no Brasil que é a previdência social", diz.

Segundo o Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4), responsável pelo repasse da verba de dívidas da União com credores do Paraná, Abrão deve receber o dinheiro no próximo mês de novembro, dois anos após ter o precatório reconhecido na Justiça. Mesmo



João Abrão: doente de Parkinson espera pagamento.

assim, o aposentado não se mostra satisfeito. "Como é um precatório de natureza alimentar, tinha que ser repassado de imediato, porque é de algo a que você tinha direito e te tiraram".

Ainda segundo o TRF4, conforme determina a Constituição, em 2014 serão pagos os pre-

catórios recebidos pelo Tribunal entre julho de 2012 e julho de 2013. São cerca de 5,7 mil precatórios provenientes das varas federais e estaduais com repasse de competência do órgão, que totalizaram, em julho de 2013, R\$ 346,5 milhões – valor não corrigido. **(KB)**

14 ABR 2014

GAZETA DO POVO

infância esquecida

Por que a “conta” da adoção não fecha

O longo caminho até a adoção, as crianças e adolescentes que lotam as instituições de acolhimento e as iniciativas para amparar esses jovens.

Perfil buscado por famílias emperra adoções

Adoções andam devagar mesmo com mais famílias querendo adotar do que crianças em abrigos. Entre os problemas por trás dessa realidade estão o perfil buscado por quem quer adotar e a demora da Justiça.

Perfil desejado pelas famílias e lentidão nos processos retardam adoções e lotam instituições de acolhimento

Felippe Aníbal

A esperança de crianças e adolescentes que vivem em casas de acolhimento diminuiu à medida que o tempo avança. Essa realidade se opõe aos números que, à primeira vista, formariam uma equação perfeita: o Paraná tem 653 jovens aptos a ir para uma nova família e quase 3 mil acolhidos em abrigos. Enquanto isso, há cerca de 5 mil pretendentes habilitados a adotar. Então, por que

a conta não fecha? Entre as respostas, estão o perfil buscado pelas famílias e a demora em habilitar as crianças à adoção. O acolhimento — definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como medida protetiva provisória — acaba se tornando algo permanente.

Nos abrigos, a maioria absoluta é de acolhidos que não são mais crianças. Em Curitiba, 84% dos aptos à adoção têm mais de 11 anos. Os que têm entre 11 e 15 anos correspondem a 66% do total, e 18% têm mais de 15 anos. São meninos como Roberto*, 13 anos. Filho de uma usuária de crack, ele vive em uma instituição de acolhimento de Curitiba desde que se conhece por gente. Louco por futebol, o garoto de poucas palavras perdeu a esperança de conseguir um lar. “É mais fácil eu ser atacante de time grande do que ser adotado”, resumiu.

Apesar de os índices curitibanos serem maiores que as médias nacionais, a rejeição aos adolescentes abrigados não é exclusividade. Dados do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) ajudam a entender por que essas moças e rapazes lotam as unida-

des de acolhimento. Menos de 1% das famílias habilitadas no Brasil têm interesse em ficar com uma criança que tenha mais de 8 anos. A possibilidade de um jovem com idade entre 13 e 16 anos ser adotada é próxima de zero.

Outras condicionantes também têm peso. Das famílias pretendentes brasileiras, 80,5% não aceitam adotar irmãos. Quase 30% só aceitam crianças ou adolescentes da cor branca. Na Região Sul, a restrição é ainda pior: 41% querem apenas filhos adotivos brancos. “Os casais ainda desejam uma menina loira e de olhos azuis. É incompatível”, resumiu o desembargador Fernando Wolff Bodziak.

Mas não é só o perfil que explica o fenômeno. Um aspecto do próprio ECA contribui para o grande índice de abrigamento: a prioridade deve ser sempre tentar a reintegração familiar, ou seja, viabilizar o retorno das crianças às famílias biológicas. Só depois de esgotadas as possibilidades é que elas podem ser encaminhadas à adoção. Quando isso ocorre, já é tarde. Elas já estão “velhas”.

CONTINUA

14 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Para a psicóloga e pesquisadora Lídia Weber, falta agilidade do Judiciário em localizar na fila os interessados em adotar os mais velhos. “Existe universo para adotar todos. Mas é preciso que as autoridades façam uma busca ativa, que localizem esses interessados no cadastro. O que não pode é cruzar os braços e manter esses adolescentes num limbo”, disse.

*Nomes fictícios

0 A 2 ANOS

é a idade preferencial das crianças procuradas pelas famílias que pretendem adotar

OBSTÁCULOS

Morosidade da Justiça faz crianças envelhecerem em abrigos, diz ativista

Para ativistas e gestoras de casas de acolhimento, o grande número de adolescentes em instituições tem relação direta com a demora do Poder Judiciário em analisar os processos e no encaminhamento das crianças à adoção. Hoje, apenas um quinto dos acolhidos no Paraná está apto a ser adotado.

Jovens que chegaram ainda bebês às instituições e que ainda não estão disponíveis à adoção contam-se aos montes. Isso indica uma falha grave, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que o processo de destituição do poder familiar ocorra em até 120 dias. O estatuto também fixa em dois anos o período máximo de permanência em abrigos.

“Demoram anos para destituir o poder familiar. Quando

vai para a adoção, a criança já não é mais criança. A morosidade da Justiça faz as crianças envelhecerem nos abrigos”, definiu Aristeia Moraes Rau, criadora do Movimento Nacional das Crianças Inadotáveis (Monaci). Gestoras de outras duas instituições de acolhimento endossam esses argumentos.

O juiz Sérgio Kreuz, da Vara de Infância e Juventude de Cascavel, explica que o processo é demorado por causa de seus trâmites, para garantir a ampla defesa aos pais. “A lei exige que sejam esgotadas todas as possibilidades de reintegração familiar. Muitas vezes os municípios e o próprio Judiciário não têm equipes técnicas suficientes e preparadas para promover a reintegração rápida e, quando esta se mostra inviável, de promover a avaliação e sugerir a destituição”, afirmou. “É preciso investir em pessoal e em capacitação”.

Apesar da idade, Mateus e Daniele foram adotados

Em agosto de 2011, quando o casal curitibano Alberto e Aristeia Rau entrou em uma instituição no Rio de Janeiro, foi recebido pelos sorrisos dos irmãos Mateus, então com 13 anos, e Daniele, com 10. Foi paixão à primeira vista. Dias depois, os meninos embarcaram para Curitiba. A adoção dos dois fugiu à tendência observada em todo o Brasil. Os irmãos são negros e tinham idade considerada avançada.

Os irmãos adotados se adaptaram à rotina da casa de Alberto e Aristeia. Mateus e Daniele se dão bem com os novos irmãos, Lucas, 21 anos, e André, 15 anos, filhos biológicos dos Rau. O flamenguista Mateus tem se inclinado mais ao esporte e à informática. Daniele, às artes: toca violão e se arrisca na pintura.

Nos fins de semana, os dias são de casa cheia, churrascos e gargalhadas. “A adoção tardia exige força e dedicação integral, porque os jovens já vêm cheios de hábitos e de experiências. Mas o amor compensa tudo”, finalizou Aristeia.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

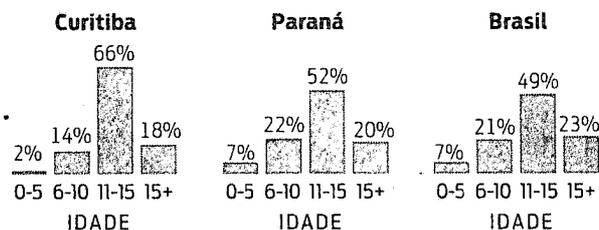
OS NÚMEROS DA ADOÇÃO CONTINUAÇÃO

Dadôs do Cadastro Nacional da Adoção revelam o perfil dos acolhidos e o interesse das famílias que estão habilitadas à adoção.

14 ABR 2014

	Curitiba	Paraná	Brasil
Acolhidos	668	3.500	46.600
Aptos à adoção	160	653	5.260
Famílias habilitadas	816	5.100	30.400

Aptos à adoção

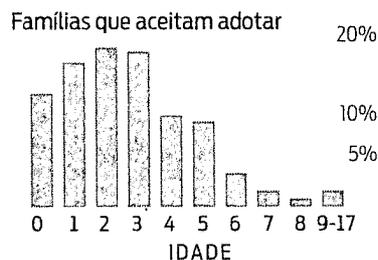


O que querem as famílias

O levantamento nacional revela a preferência por crianças mais novas.

Menos de 1% se dispõe a adotar acolhidos maiores de 8 anos.

Fonte: CNJ.
Infografia: Gazeta do Povo.



Andre Rodrigues/Gazeta do Povo



Alberto e Aristeia com os filhos Lucas, André, Mateus e Daniele.

CONTINUA

14 ABR 2014

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CONFORMADO

Irmãos moram há 11 anos em abrigo

Os sorrisos muito parecidos entregam logo: os seis jovens são irmãos. Unidos, cultivam sonhos diferentes. A mais nova, Mariana*, 14 anos, por exemplo, sonha ser jogadora de futebol. Vai muito bem na zaga. Os gêmeos Fernando* e Francisco*, 16 anos, gostam de rap, skate e bonés de aba reta. Seria mais uma família "convencional", se há 11 anos não vivessem na Casa de Apoio Acácias, em Curitiba.

A alegria dá lugar a semblantes fechados quando se fala em adoção. Evitam falar do assunto. Adolescentes, negros e com vários irmãos, os jovens sabem que não têm o perfil buscado por quem quer adotar uma criança. "Para a gente já não faz diferença. A gente cresceu aqui e a vida aqui até que é boa. Tem tudo que a gente precisa", minimizou Fernando.

Os anos que passaram no abrigo não lhes apagaram uma história de vida traumática. Antes

do acolhimento, viviam nas ruas com o pai, catando papelão e dormindo ao relento. Nem sequer iam à escola. Meses antes, a mãe havia abandonado a família, por não suportar as seguidas surras que o marido – e pai das crianças – lhe dava.

"Fizeram uma festa porque aqui tem tevê e eles raramente viam", lembrou a gestora da casa, Marlene Andrade. Segundo ela, nunca apareceram interessados em adotá-los. "Houve muita demora da Justiça na destituição do poder familiar. Com isso, envelheceram e as chances diminuíram", disse.

No acolhimento, passaram a frequentar a escola e a fazer cursos. Mariana foi coralista e sabe tocar violino. O mais velho dos irmãos, Ricardo*, de 19 anos, trabalha em um cartório. Daiana*, de 15 anos, acaba de concluir o Ensino Médio e começou a trabalhar em uma creche. "A nossa recompensa é ver crianças crescerem na vida", definiu Marlene.

» ALERTA

GAZETA DO POVO

14 ABR 2014

O passo a passo da agressão à mulher

A principal causa de lesões em mulheres de 15 a 44 anos no mundo é a violência doméstica, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU). No Brasil, quase 70% das agressões são registradas dentro da própria residência, de acordo com o levantamento apresentado no Mapa da Violência 2012. Não há um roteiro para os casos de violência doméstica ou familiar, mas algumas características são comuns a grande parte das agressões envolvendo casais. Confira ao lado uma das formas mais comuns de evolução da violência, conforme especialistas consultados pela reportagem:

Adriana Czelusniak

O INÍCIO

O agressor costuma se envolver rapidamente e ter comportamento sedutor. Pode ter histórico de agressões em relacionamentos anteriores ou ter sido vítima de violência na infância.

PRIMEIROS SINAIS

O agressor assume um comportamento controlador e ciumento e pode ter desempenho sexual ruim. Nos momentos de conflito, o casal tem baixa capacidade de negociação.

FASE DA TENSÃO

O agressor fica irritado ao se deparar com frustrações e insatisfação com a mulher. Fica impulsivo e demonstra o exercício de poder. Ao se sentir ameaçada, a mulher já deve procurar ajuda.

AGRESSÃO VERBAL

A desqualificação costuma ser a primeira forma de agressão, com ataques à capacidade profissional, intelectual ou das características pessoais da mulher, minando sua autoestima. Quando há filhos, eles também são ameaçados.

DOR SILENCIOSA

A mulher ainda não se vê como vítima de violência, ou tem esperança que o agressor mude, ou ainda tem medo de não dar conta do sustento dos filhos. Ela pode sofrer calada por muitos motivos, como vergonha ou por não saber a quem pedir socorro.

ISOLAMENTO

O agressor passa a criticar familiares e conhecidos da mulher, o que faz com que ela evite outros contatos para evitar conflitos com o companheiro. Com isso, ela se torna mais vulnerável e sente que está sem rede de apoio para pedir ajuda.

AGRESSÃO FÍSICA

Pode começar com pequenos empurrões. A mulher também pode ser contida fisicamente quando tenta sair da situação de conflito. Os episódios podem ter efeito potencializado pelo álcool ou uso de outras drogas.

"COISA DA SUA CABEÇA"

Ao falar sobre o que passa, a mulher pode ser desacreditada e ouvir que "está exagerando", que "deve ter dado motivo" ou ainda "que ele só está estressado". Ela também é ameaçada pelo companheiro quando diz em deixá-lo.

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

Além da agressão verbal e física, o agressor pode destruir pertences e documentos da mulher. Essa agressão tem fundo psicológico, pois rasgar objetos pessoais envia a mensagem de que aquela pessoa não existe.

FORÇA BRUTA

Na evolução da violência, chega a fase da explosão, com agressões mais fortes, como estrangulamento, arrastões, tapas ou socos. Também pode haver violência sexual.

"LUA DE MEL"

Logo após o ato da violência, o agressor costuma se mostrar arrependido. Revela sentimento de culpa e remorso, promete se controlar e até pedir ajuda profissional. Ele também pode fingir que nada ocorreu e se mostrar mais carinhoso e prestativo. Até que o ciclo recomece.

CONTINUA

“Ele se arrependia e prometia mil coisas”

Confira o relato de J., 37 anos, empresária: “Foram oito anos de relacionamento, e dois de agressões. Ele tinha comportamento exaltado, mas se tornou violento mesmo na época, em que começaram os problemas financeiros. Passou a beber mais, a usar outras drogas e a trocar o dia pela noite. Em casa, estava sempre dormindo ou estressado e desconfiado. Era ciumento, controlador e possessivo. Começou com xingamentos, e então passou a me apertar, me jogar contra a parede, tomando cuidado para não me deixar com marcas. Quando eu não queria fazer sexo, ele esmurrava as portas e me estrangulava.

Eu tinha muito medo, pois ele dizia que ia me matar e sumir com minha filha, que tinha 2 anos na época. Algumas pessoas tentaram me ajudar, mas ele ameaçou a babá da nossa filha e até o pai idoso de uma amiga, que me acolheu uma vez. Cheguei a pedir ajuda para os pais dele, mas não acredi-

taram em mim. Ainda o amava e achava que aguentando essa fase, conseguiria fazer com que ele saísse das drogas. Você nunca quer admitir que fez a escolha errada, que seu relacionamento fracassou, isso também fazia com que eu relutasse. Quando fui à delegacia, estava com marcas pelo rosto e pelo corpo, mas o delegado era conhecido dele e não me deixou prestar queixa. Constantemente me sentia humilhada e sozinha. Chegou um momento em que eu só conseguia que parasse de me agredir quando colocava a minha filha no colo. Tinha muito medo de que ela crescesse com traumas. Mas então ele pedia desculpas, se mostrava arrependido e prometia mil coisas.

Há quatro anos consegui fugir com a minha filha e viemos morar em Curitiba. Ainda tenho insegurança, baixa autoestima e vários bloqueios sexuais. Levei um bom tempo para conseguir voltar a namorar. Meu namorado diz que quando me conheceu eu era fechada e desconfiada. Fui me soltando aos poucos, mas ainda falta muito.”

“Desde que a mulher se sinta agredida e, sozinha não consiga lidar com isso, pode e deve pedir ajuda, para familiares, amigos, psicólogos, assistentes sociais, advogados ou policiais.”

Deisy Joppert, psicóloga jurídica e advogada.

“Muitas vezes a mulher está inserida há tanto tempo naquele contexto violento que não reconhece a violência. Ela precisa ser orientada. O Juizado tem reuniões toda terça-feira.”

Luciane Bortoleto, juíza do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

“O homem que agride a mulher pode ter histórico como vítima de violência na infância. Mas, caso o homem não possua estas características, pode desenvolver a agressividade.”

Ricardo Bortoli, pesquisador do Grupo de Estudos de Gênero da UFPR.

DENUNCIE

A Central de Atendimento à Mulher, Disque 180, funciona 24 horas por dia. Em Curitiba, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher atende pelo fone (41) 3017-2607.

14 ABR 2014

GAZETA DO POVO

Apresentador de TV é preso por racismo

MARINGÁ

O apresentador de televisão da Rede Massa em Maringá, Lourival Santos, foi preso ontem em flagrante durante a final entre Maringá e Londrina no Estádio Willie Davids, acusado de injúria racial. Segundo outros jornalistas que estavam no gramado, ele chamou o lateral-direito Maicon Silva, do Tubarão, de 'macaco', logo após ter marcado o gol, aos 26 minutos do primeiro tempo.

A ofensa foi denunciada imediatamente à Polícia Militar pela repórter Monique Villela, da Rádio Banda B. O presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Paraná (Acep), Isaias Bessa, também confirmou a injúria racial à transmissão em pay-per-view da decisão. A PM prendeu Santos na área reservada à imprensa. Ele ainda tentou esconder o colete que vestia e ir para os vestiários, mas acabou reconhecido e não conseguiu fugir.

Santos foi encaminhado à 9.ª Subdivisão Policial de Maringá, assim como outros dois jornalistas que aceitaram fazer a representação crimi-

nal. Depois de colher os depoimentos, a Polícia Civil liberou o apresentador. Ele deve responder por crime de injúria racial, que prevê pena máxima de oito anos. Sob o ponto de vista jurídico, racismo ocorre apenas quando alguém tem acesso restrito a determinado local por causa da cor da pele.

Apresentador do programa "Show de Bola" na TV Tibagi, emissora da Rede Massa que retransmite a programação do SBT para a região de Maringá, Santos foi afastado do canal após a ocorrência. Em nota, a Rede Massa disse que "repele e condena" todo ato de racismo, "um delito abjeto que não pode ter abrigo em qualquer circunstância". A emissora afirmou que não responde pelas ações do funcionário e declarou "esperar rigor" no caso.

Após a partida, o presidente da Federação Paranaense de Futebol, Hélio Cury, também condenou a atitude do jornalista.

Esse é o segundo episódio desse tipo nessa semana no futebol paranaense. Na quinta-feira, o jogador Marino, do São Bernardo, foi chamado de 'macaco' por dois torcedores do Paraná na Vila Capanema. No entanto, os agressores não foram presos em flagrante e ainda não foram identificados. (AR E GR)

MARANHÃO

Mais um detento é encontrado morto no presídio de Pedrinhas

Mais um detento foi encontrado morto no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís (MA). Foi a oitava morte confirmada desde o início deste ano em presídios do Maranhão. João Altair Oliveira foi encontrado na tarde de sábado e apresentava perfurações pelo corpo. Com

o caso, o número de mortos na unidade, que é a maior do Estado, sobe para 65 desde 2013. As informações foram confirmadas para a reportagem pela funerária que atendeu o caso. Segundo a empresa, o corpo foi liberado pelo IML e seria encaminhado para a família ainda ontem. A Secretaria da Justiça e Administração Penitenciária foi procurada por e-mail e por telefone, mas não respondeu à reportagem.

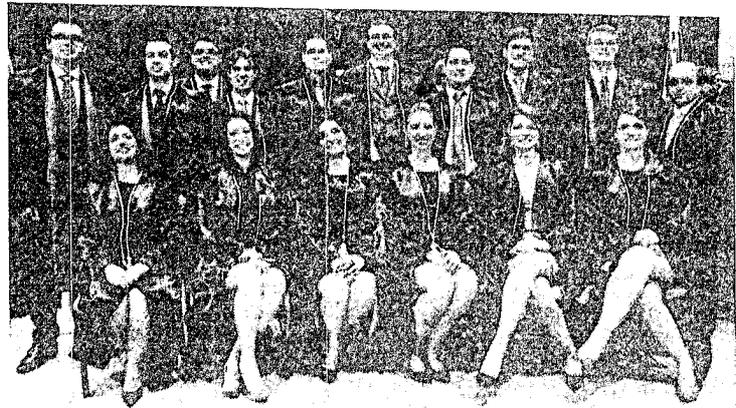
14 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mais 16 juízes representam o Poder Judiciário do Paraná

Dezesseis novos juízes foram empossados na noite de ontem (10/4) no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Os novos magistrados vão atuar em comarcas no interior do estado.

Em nome dos colegas empossados falou emocionada a juíza Adrianna Correa dos Santos. “Não nos esqueçamos de todos os obstáculos e dificuldades que enfrentamos para chegar até aqui. O que se espera de nós é que tudo isso possa ser diariamente lembrado; não por um sentimento de vaidade, mas sim com a finalidade de que saibamos valorizar a profissão que escolhemos e para a qual tanto nos dedicamos.” E complementou: “Aos olhos dos jurisdicionados seremos representantes do Poder Judiciário, figura esta para a qual são direcionados os mais nobres anseios por uma sociedade mais justa. É nossa missão conciliar todos esses aspectos e bem desempenhar a função que assumimos, sempre com humildade, sem que nos esqueçamos de onde viemos e das pessoas que somos. Lembremo-nos que cargos não devem mudar as pessoas que mudam e abrilhantam cargos públicos, com sua probidade e empenho. Que assim sejamos!”



Em nome da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), Nilce Regina ressaltou: “É de uma magistratura unida e irmanada que depende o fortalecimento da instituição e a independência do Poder Judiciário”. Em seu discurso, a magistrada citou um texto escrito pela juíza federal Carolina Souza Malta.

Em seguida o Corregedor-Geral do TJPR, Lauro Augusto Fabrício de Melo, cumprimentou e deu as boas vindas aos novos juízes. “Todos haverão de desempenhar suas funções judicantes com competência, retidão, integridade pessoal e profissional, prudência e transparência. Reafirmo a convicção de que o conjunto de valores

éticos que o magistrado deve levar consigo durante o curso de sua vida profissional é tão importante quanto a competência técnica”.

Por fim, encerrou a solenidade de posse, o Presidente do TJPR, desembargador Guilherme Luiz Gomes. “Queremos deixar registrado a nossa alegria em receber os novos juízes, jovens de todas as regiões, que ingressam na carreira. Desejamos felicidades e sucesso no exercício da profissão e que saibam exercer a magistratura com respeito ao próximo, com humildade, lembrando-se sempre que todos nós somos servidores públicos e que temos a obrigação de atender os anseios da população na distribuição da justiça.”

14 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Ministro Joaquim Barbosa instala o Poder Judiciário no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Joaquim Barbosa, e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA), desembargador Eserval Rocha, instalaram oficialmente, nesta sexta-feira (11/4), o Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Poder Judiciário baiano.

Para o ministro Barbosa, a iniciativa é fundamental: “O objetivo principal do sistema PJe, por nós encabeçado e incentivado, não é a informatização em si mesmo, mas sim o avanço tecnológico como um fim. A finalidade última e essencial do PJe é propiciar uma prestação jurisdicional mais célere, mais acessível e alinhada às necessidades do cidadão”, afirmou.

O presidente do TJBA ressaltou que os avanços do sistema digital trarão inúmeros benefícios ao Judiciário baiano e aos jurisdicionados. “Hoje, o Tribunal de Justiça da Bahia, com a inauguração e instalação do PJe, está efetivamente libertado das amarras das exigências de empresas privadas”, destacou.

Também compareceram à cerimônia, realizada na 13ª Vara da Fazenda Pública, no Fórum Ruy Barbosa, o corregedor nacional de Justiça, ministro Francisco Falcão, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Lourival Trindade, o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, desembargador Valércio de Oliveira, além de outras

autoridades do estado.

Antes da solenidade, o ministro Joaquim Barbosa conheceu as instalações do fórum, inaugurado em 1949. Passou pelo átrio e, em seguida, foi à cripta de Ruy Barbosa, onde estão os restos mortais do jurista. Conheceu, também, o Salão Nobre, local da entrevista coletiva concedida após a cerimônia.

Extremo Oeste – O ministro Barbosa também falou sobre a conquista do estado com a criação da Câmara Especial do Extremo Oeste Baiano. A nova lei é uma iniciativa do TJBA e cria quatro cargos de desembargador e 34 de juiz substituto para descentralizar o segundo grau de jurisdição.

14 ABR 2014

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Justiça Federal discute ações contra falha de segurança na internet

A notícia mais alarmante da semana no que se refere à internet foi a descoberta do Heartbleed, brecha de segurança que permite o roubo de senhas dos usuários em muitos sites da web e aplicativos móveis. A falha, que existe desde 2012 mas só foi descoberta na última terça-feira (08/04), permite que qualquer servidor que utilize OpenSSL (o método default de criptografia HTTPS utilizado por 66% da internet) envie senhas, logins, cookies de sessão e chaves privadas de certificados X.509 para um atacante externo.

Como os ataques não deixam registros nos logs dos servidores, não há como saber se a falha foi ativamente explorada. Mesmo assim, os riscos são enormes, dada a habilidade dos atacantes de revelar chaves, senhas e outras credenciais que podem ser utilizadas futuramente. Como o OpenSSL é amplamente usado, o bug afetou milhares de serviços online.

12 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

PF apreende

documentos

na sede da Petrobras

Doleiro preso teria participação em contrato suspeito; mais de 20 mandados foram cumpridos dentro da segunda fase da operação Lava Jato

Agência Estado

Brasília - Em meio à batalha pela criação da CPI da Petrobras, a Polícia Federal apreendeu ontem documentos na sede da estatal, no Rio de Janeiro, em busca de provas que envolvem um contrato suspeito da petroleira no valor de R\$ 443 milhões. Um delegado e três agentes da PF estiveram na antessala da presidente da estatal Maria das Graças Foster, na segunda etapa da Operação Lava Jato, que investiga suposto esquema criminoso que incluiria a “entrega de vultosas quantidades de dinheiro a agentes públicos” e financiamento de campanhas políticas.

Por cerca de cinco horas, a PF buscou cópia de um contrato entre a estatal e as empresas Ecoglobal Ambiental Comércio e Serviços, com sede em Macaé, e sua filial, a Ecoglobal Overseas, com sede no estado de Nevada (EUA), no valor de R\$ 443,8 milhões, destinado a locação de equipamentos e fornecimento de serviços técnicos especializados. O contrato começa a vigorar em julho deste ano até o mesmo período de 2018. Conforme o juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara federal de Curitiba, que autori-

zou os mandados de busca e apreensão, “há fundada suspeita sobre a licitude desse negócio”.

Os investigadores descobriram que em meio a assinatura do contrato com estatal foi fechado um acordo paralelo de compra e venda de 75% da Ecoglobal Ambiental para o doleiro Alberto Youssef e o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa, ambos presos na primeira fase da Lava Jato acusados de serem os operadores do esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propina. Paulo Roberto tem ligações com o PP, PT e PMDB.

Os investigadores encontraram uma carta-proposta confidencial assinada em 18 de setembro do ano passado pelos negociantes que condiciona a compra da empresa à efetivação do contrato da Ecoglobal com a Petrobras. A Ecoglobal seria vendida para Paulo Roberto e Youssef por R\$ 18 milhões, quando estava prestes a assinar um contrato de R\$ 443 milhões, discrepância que chamou a atenção dos investigadores.

Oficialmente, a Ecoglobal está em nome do empresário Vladimir Magalhães da Silveira e da filha dele, Clara. Ele

prestou depoimento à PF hoje sobre o contrato e negou sociedade com o doleiro e Paulo Roberto. Segundo a PF, contudo, a venda da empresa para Youssef e Paulo Roberto teria, ainda, um terceiro sócio: a Tino Real Participações, em nome de Maria Thereza Barcellos da Costa e Pedro Carlos Storti Vieira. Thereza seria casada com Eric Davi Belo, segundo a PF, “envolvido, aparentemente, em crimes relacionados a fundos de pensão”. Os dois também prestaram depoimento à PF ontem.

Ao todo, a PF cumpriu 23 mandados no âmbito da Operação Lava Jato: dois de prisão temporária, seis de condução coercitiva e 15 de busca e apreensão, em cinco cidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

CONTINUA

12 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Presos da primeira fase podem ser transferidos

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

Curitiba - A Polícia Federal (PF) solicitou a transferência dos 14 presos na primeira etapa da operação Lava Jato, deflagrada em março. Eles estão na carceragem da Superintendência da PF em Curitiba e o pedido é para que eles sejam levados para penitenciárias federais e estaduais. A solicitação ainda precisa ser analisada pela Justiça Federal do Paraná.

A PF pede que Alberto Youssef e outros dois doleiros (Carlos Habib Chater e Raul Henrique Srouf), além do ex-diretor de abastecimento da Petrobras Paulo Roberto Costa, sejam transferidos para a Penitenciária Federal de Catanduvas, no Oeste do Paraná. O presídio é considerado de segurança máxima e a unidade é especializada em receber detentos considerados de alta periculosidade. A penitenciária não abriga mulheres e, por isso, a outra doleira presa, Nelma Kodama, deve ser encaminhada para outra

unidade penal. Os demais presos na Lava Jato devem ir para presídios estaduais.

APARELHOS NA CELA

O advogado de Alberto Youssef informou que seu cliente teve suas conversas gravadas de forma clandestina na cela da PF em Curitiba. Antonio Figueiredo Bastos afirmou que as escutas eram feitas em tempo real, por um aparelho GSM que usa chip de celular. Ele acrescentou que já entrou com um pedido na Justiça Federal para que a suspeita de escuta seja investigada. "O equipamento estava escondido na cela e, mesmo estando ativo ou inativo, queremos explicações, pois sem autorização judicial a escuta se torna ilegal", disse.

Em nota oficial, a PF disse que em revista de rotina às celas da carceragem na tarde da última quinta-feira encontrou um equipamento "estranho ao ambiente". O dispositivo foi apreendido e passará por perícia técnica. A PF também informou que vai apurar as acusações feitas pelo advogado, além de investigar como o dispositivo entrou na cela. A PF ainda ressaltou que não faz escutas clandestinas.

12 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Justiça afasta presidente da Câmara de Palmas

Loriane Comeli
Reportagem Local

Em decisão proferida ontem, a juíza substituta da Vara Criminal de Palmas (centro sul), Tatiane Bueno Gomes, determinou o afastamento do vereador Adilson Luiz Piran (PMDB) da presidência da Câmara de Palmas. Também foram afastados dos cargos Toni Douglas Cordeiro Grassi e Leon José Frederico Rocha, contador e advogado que ocupam cargos comissionados no Legislativo.

Os três são acusados de associação criminosa e fraudes em licitações (em oito ocasiões) para a reforma do prédio da Câmara, que teriam desviado cerca de R\$ 41,5 mil. Por este fato, eles já respondem a ação por improbidade administrativa. Piran é réu em quatro ações por improbidade, sendo que seu afastamento foi pedido em duas delas, mas ainda não há decisão do Judiciário.

Para aplicar a medida cautelar de afastamento da função pública, a juíza entendeu que “se vislumbra, a princípio, reiteração de fatos que podem caracterizar condutas delitivas e lesivas à administração pública” e destacou que o montante supostamente desviado “é relevante para uma cidade de pequeno porte como é o caso de Palmas”.

O promotor David de Aguiar, um dos autores da ação, acredita que o afastamento poderá “impedir a continuidade do uso da máquina pública para o desvio de recursos públicos”. Piran e os funcionários não foram encontrados ontem pela reportagem. Com a decisão, o vice-presidente da Câmara deverá assumir a chefia do Legislativo, mas ele também não foi localizado.

12 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

66 INFORME FOLHA

“Não estava nem um pouco fascinado com a possibilidade de deixar o Supremo para me candidatar. Mas não me acreditaram, sobretudo vocês da imprensa. Taí, passou o tempo e não serei candidato”

Alvo de protesto

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, afirmou ontem ter encarado com “naturalidade” o protesto promovido contra ele na semana passada por militantes do PT. “(Vi o protesto) com absoluta naturalidade. Eu nem notei, quando fui notar estava dentro do carro. (Foi) quando eu vi que eram três, quatro pessoas se manifestando. O Brasil é uma democracia, faz parte das liberdades”, disse Barbosa, que teve compromisso em Salvador. Conforme a Folha de S. Paulo divulgou ontem, o ministro, que relatou o processo do mensalão, foi seguido por militantes petistas no último dia 4, no momento em que saía de um bar na região central da Brasília. Foi chamado de “tucano” e de “projeto de ditador”. Os manifestantes divulgaram na internet ao menos três vídeos com cenas das hostilidades.

Popular

Barbosa participou em Salvador da solenidade que marcou o início da implantação do processo judicial eletrônico no Tribunal de Justiça da Bahia. O ministro foi aplaudido e posou para fotos com servidores da Justiça baiana. Em entrevista, brincou ao ser questionado sobre as eleições. “Não estava nem um pouco fascinado com a possibilidade de deixar o Supremo para me candidatar. Mas não me acreditaram, sobretudo vocês da imprensa. Taí, passou o tempo e não serei candidato”, afirmou. O ministro disse que ainda é abordado por pessoas na rua que cobram que seja candidato nas eleições deste ano.

Caso Angeloni

Por unanimidade, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná extinguiu a ação popular que questionava a mudança de zoneamento em Londrina que beneficiou o hipermercado Angeloni. Com a decisão, da última terça-feira, o grupo continua autorizado a construir uma loja na Avenida Madre Leônia (zona sul). A ação popular, de autoria do advogado Vinícius Borba, é considerada processualmente inadequada para questionar a possível irregularidade na mudança de zoneamento. Cabe recurso ao autor da ação.

FOLHA DE LONDRINA

CLAUDIO HUMBERTO

**Joaquim prende na gaveta o
semiaberto de Dirceu**

12 ABR 2014

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, breou a análise do pedido de trabalho externo do ex-ministro José Dirceu, que tem direito ao regime semiaberto desde janeiro. O pedido foi suspenso pela denúncia de uso do celular na Papuda, desmentida pelas investigações. A lei prevê prioridade porque Dirceu é idoso (68 anos) e está preso. A coluna procurou saber as razões de Joaquim Barbosa, mas sua assessoria apenas informa que o assunto está “sob análise”.

Urgentíssimo

José Luiz de Oliveira Lima, advogado de José Dirceu, ingressou no STF com medida cautelar incidental em caráter “urgentíssimo”.

Longa gaveta

A defesa pede que o plenário do STF discuta o agravo regimental de Barbosa engavetando há 4 meses o pedido de semiaberto para Dirceu.

Pareceres favoráveis

Joaquim não parece interessado nos pareceres favoráveis do Ministério Público e Vara de Execuções Penais para o trabalho externo de Dirceu.

Direito suprimido

O ex-ministro é o único a quem é negado regime semiaberto. Até João Paulo Cunha, último a ser preso, em fevereiro, já tem trabalho externo.

LUIZ GERALDO MAZZA

Lava Jato

Mais de 20 mandados de prisão (operação Lava Jato) ontem em vários estados brasileiros de doleiros e integrantes do grupo. Provável carga maior em cima dos negócios da Petrobras e do deputado André Vargas. Alguns procuradores da CC5 (governo Lerner, Banestado) estão na força-tarefa montada bem como o juiz Sérgio Moro, com quem o doleiro Alberto Youssef se comprometeu a deixar de operar no mercado no acerto da delação premiada, o que claramente não fez.

Folclore

O processo do ministro Paulo Bernardo contra o senador Requião (no cível ele ganhou a indenização), na área criminal, que poderia tornar o peemedebista inelegível pela Lei da Ficha Limpa, corre o risco da prescrição. Aliás Cassio Taniguchi foi condenado, em dois processos, a seis meses de prisão em cada um na instância superior e acabou beneficiado pela prescrição. Isso o marcaria como ficha suja, mas tal não foi suscitado no governo Beto Richa, onde opera como secretário de Planejamento.

12 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Dois são presos com material pornográfico infantil

Suspeitos de pedofilia foram detidos em ações da Polícia Federal

Andréa Bertoldi
Reportagem Local

Curitiba - A Polícia Federal prendeu dois homens por suspeita de pedofilia em Curitiba nesta semana. A primeira prisão ocorreu na última quinta-feira. O detido é um aposentado de 51 anos, suspeito de compartilhar material pornográfico infantil. Os policiais encontraram arquivos no computador dele e apreenderam discos rígidos e CDs no local. O homem foi levado para a Superintendência da PF de Curitiba, onde ficará à disposição da Justiça.

A investigação que resultou na prisão teve a participação da ONG americana National Center for Missing & Exploited Children (Centro Nacional para Crianças Desaparecidas e Exploradas), entidade que fez a denúncia para a PF.

O mandado que resultou na prisão do homem foi expedido pela 13ª Vara Federal de Curitiba. O material apreendido será periciado. De acordo com o delegado da PF e chefe da Delegacia

de Defesa Institucional, Flávio Augusto Palma Setti, as investigações podem levar a outros suspeitos ou à identificação de possíveis vítimas de abuso.

De acordo com Setti, a PF também investiga se o suspeito teria produzido as imagens e ainda se ele teria relação com abuso sexual de menores. A princípio, o aposentado conseguia as imagens de outros usuários da internet.

Outro suspeito de pedofilia foi preso ontem em Curitiba. Segundo o delegado Setti, a suspeita é que ele fazia a distribuição das imagens. Esta investigação começou por meio de informações da Interpol da Polônia. No entanto, o suspeito pagou fiança e foi liberado, mas vai responder ao processo criminal. O mandado de prisão foi expedido pela 14ª Vara Federal de Curitiba.

De acordo com o delegado, o número de casos de pedofilia tem crescido nos últimos meses. Ele acredita que o principal motivo para o aumento é a facilidade de acesso à in-

ternet. "Além disso, os pedófilos acreditam que são invisíveis na internet", completou Setti.

'Nosso sistema de cotas não garante assentos no parlamento'

Para estudiosa, o envolvimento das mulheres com a política "é grande", mas ainda não passa pela via eleitoral



Algumas me revelaram que existem dificuldades para que sejam aceitas pelos próprios partidos

Temos uma sociedade que tem um núcleo duro bastante conservador.

A modernização é um processo muito lento

Vitor Ogawa
Reportagem Local

O voto feminino ainda é uma conquista relativamente recente na história brasileira. Ele só foi consolidado nacionalmente em 1932, quando entrou em vigor o Código Eleitoral Provisório. Desde então as mulheres lutam para conquistar mais espaço na política brasileira. Embora representem mais da metade do eleitorado brasileiro, as mulheres possuem baixa participação e representação política nos cargos eletivos. No Congresso Nacional, menos de 10% das vagas são ocupadas por elas.

Na Câmara dos Deputados, são 45 deputadas contra 468 homens, na atual legislatura. No Senado, dos 81 senadores, 13 são mulheres (16%).

Para falar sobre o assunto, a reportagem da FOLHA conversou com a professora Lucia Merces de Avelar, que possui doutorado em Ciência Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, título obtido discorrendo sobre o voto feminino no Brasil. Lúcia também possui pós-doutorado no Instituto Universitário Europeu (ITA) e na Universidade de Yale (EUA). Em seus estudos

mais recentes, ela tem explorado a dinâmica do recrutamento de candidatos às eleições para os legislativos estaduais sob a perspectiva de gênero, com o intuito de procurar as razões da baixa presença das mulheres na política representativa.

Com base nos dados das eleições de 2010 e também por meio de entrevistas com mulheres militantes de partidos obtidas nos últimos anos, ela tem investigado se um dos principais obstáculos à entrada das mulheres na política formal se encontra nas organizações partidárias que, na maioria das vezes, tratam as mulheres de forma discriminada.

CONTINUA

A hipótese dela é que os partidos são a principal fronteira a ser superada se as mulheres almejam incrementar sua presença na política. Ela destacou que a Lei das Eleições (9.504/1997) determinou que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas do mesmo sexo”, mas isso não garantiu que elas conquistassem os assentos de fato. Leia trechos da entrevista:

Segundo dados da IPU (Inter-Parliamentary Union) no ano passado, em um ranking de 189 nações, o Brasil está em 121º lugar no ranking de igualdade entre homens e mulheres na política. Isso coloca o País atrás de nações como o Iraque e o Afeganistão. Por que estamos tão atrás?

A situação acontece porque temos elites partidárias de natureza oligárquicas. Eu ministro cursos de formação política e, segundo o relato das mulheres com as quais tenho contato, elas se queixam do tratamento que recebem. Algumas me revelaram que existem dificuldades para que sejam aceitas pelos próprios partidos. Nós temos um sistema de cotas que na verdade não garante assentos no parlamento, ou seja, não são cotas reais, mas de possíveis candidaturas. O preenchimento dessas cotas é leigo, volátil e, às vezes, é preenchido por mulheres que não possuem comprometimento com a política e com o desenvolvimento do País. As mulheres que realmente querem se envolver mais e que querem sair candidatas para as eleições têm muita dificulda-

de para conseguir financiamento para suas candidaturas e também não conseguem uma boa exposição nos horários eleitorais.

Como isso acontece?

É uma situação em que há um fechamento mesmo, uma obstrução dos partidos em relação à entrada das mulheres. Aos poucos isso está mudando, mas eu participo continuamente desses cursos em vários partidos e é sempre tudo igual. As queixas são sempre as mesmas. Elas me perguntam como devem agir para superar essas dificuldades e como devem fazer para quebrar esse obstáculo. Eu sinceramente não tenho uma resposta. Eu acredito que isso só vai acontecer quando houver uma renovação dessas elites, uma renovação geracional, com pessoas mais abertas para a igualdade entre os sexos. Só aí que teremos uma igualdade maior para que as mulheres sejam aceitas pela política.

O ministro Marco Aurélio Mello (que integra as Cortes do TSE e do STF) recentemente mencionou o problema das candidatas “laranjas”. Os partidos políticos têm sido criticados por chamarem mulheres apenas para cumprir a cota obrigatória por lei. Eles não se preocupam com o desenvolvimento da ala feminina do partido?

De jeito nenhum. Os partidos pouco se preocupam com isso. Quem procura ajudar na formação política das mulheres são algumas fundações de direitos humanos, como a Konrad Adenauer Stiftung. Isso acontece também com outras ONGs que obtêm financiamentos de várias partes. Só mais recentemente é que al-

gumas secretarias municipais de mulheres vêm desenvolvendo com recursos próprios algumas ações no âmbito municipal para a formação política desse público, mas isso depende do partido que está governando, se ele possui ligação com os movimentos das mulheres. Tem que haver uma boa vontade, mas onde há partidos muito elitizados, sem raízes com os movimentos, isso não ocorre.

No entanto, mesmo os partidos que defendem a participação das mulheres no processo eleitoral enfrentam dificuldades de cumprir as cotas. Por que isso ocorre?

Porque eles não trazem as mulheres para a cúpula administrativa dos partidos. Tudo começa aí. Elas não ocupam cargos de direção nos diretórios de partido. Se houvesse mais mulheres nessa esfera, elas sairiam mais facilmente como candidatas. Se você olhar internamente na organização dos partidos, a presença da mulher é muito pequena. Assim também acontece nos sindicatos que são uma espécie de elo ou degrau para a ascensão política.

CONTINUA

Existe uma rejeição dos eleitores contra as mulheres políticas?

Se você olhar para o lado da sociedade, em pesquisas recentes, muitos entrevistados concordam que as mulheres estão preparadas para ocupar cargos políticos. Por outro lado as mesmas pesquisas indicam que cerca de 30% acham que lugar da mulher não é na política. Temos uma sociedade que tem um núcleo duro bastante conservador. A modernização da sociedade é um processo muito lento. Somos recém urbanizados e nossas raízes ainda são rurais. A urbanização do País se deu nos últimos 40 anos, por isso muitas mudanças ainda estão ocorrendo. É possível observar que as gerações mais novas possuem um tratamento de igualdade entre eles. É possível ver isso nas universidades. Mas as mudanças mais profundas ocorrem aos poucos na sociedade.

A senhora acredita que isso possa mudar somente com uma lei estabelecendo paridade de gêneros nos cargos eletivos?

Eu acredito que sim, mas isso não vai acontecer agora, nem tão cedo. Aliás, nem sei quando isso vai acontecer. A cada vez que se fala em reforma política, a gente acha que vai dar um passo para a frente, mas dá um passo para trás. Não há meios de pressionar os legisladores para mudar essa lei. Eles não vão alterar uma regra que os beneficia. Isso só ocorrerá quando a sociedade caminhar nessa direção, pressionando, como aconteceu no caso da Lei da Ficha Limpa, porque eles não têm a menor disposição para mudar as regras do jogo. E isso acontece

não só em relação aos direitos das mulheres, mas também com o financiamento de campanhas políticas. É muito difícil ser otimista e imaginar que essa mudança seja possível a curto prazo.

Segundo o demógrafo José Eustáqui Diniz Alves (ENCE/IBGE), de 1992 a 2012 o avanço da participação feminina no âmbito municipal foi em média de 1% no número total de eleitas a cada pleito municipal. Seguindo este ritmo, a paridade entre os sexos só irá acontecer em 150 anos. Como lidar com isso?

Por isso estamos vivendo essa outra realidade política. Se olharmos a participação pelo viés eleitoral estamos mal, mas se olharmos o lado extra eleitoral, estamos bem. Eu venho trabalhando com a representação política sem autorização eleitoral, que é realizada por meio de outros núcleos de participação. O envolvimento das mulheres com a política atualmente é grande, mas isso não acontece pela via eleitoral, mas pela participação na sociedade civil organizada, nos conselhos municipais, nos movimentos civis, nas ONGs e nos orçamentos participativos. Assim elas têm conseguido grandes mudanças, inclusive nas legislações ligadas à saúde, à segurança do trabalho e na legislação sobre a violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha foi uma conquista obtida dessa forma. Nós temos milhares de outras conquistas semelhantes e isso por meio de uma representação política que nada tem a ver com a eleição, pois isso demoraria muito mais para ser concretizado.

13 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

MARCELO ADRIANO DA SILVA

Tráfico: ser humano transformado em objeto

“Quando um imigrante habitar com vocês no país, não o oprimam. O imigrante será para vocês um concidadão: você o amará como a si mesmo, porque vocês foram imigrantes na terra do Egito. Eu sou Javé, o Deus de vocês.” (Lv, 19, 33-34).

Sob o lema “É para a liberdade que Cristo nos libertou” (Gl 5, 1), a Campanha da Fraternidade de 2014 pretende conclamar a sociedade a refletir sobre a crueldade que envolve o tráfico humano, o qual se caracteriza pela prática de retirar pessoas de um determinado local para levá-las para outra região de um mesmo país ou de outra nação para fins de exploração.

O Protocolo Adicional à Convenção de Palermo, em seu artigo 3º, define o tráfico de pessoas como “o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamento ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração”.

A pobreza, o desemprego, o analfabetismo funcional e a falta de perspectivas para o futuro fazem com que muitas pessoas sejam facilmente seduzidas por aliciadores inescrupulosos, que, mediante falsas promessas de trabalho e de altos ganhos financeiros, submetem suas vítimas a formas cruéis de exploração, especialmente a prostituição, a venda de órgãos e o trabalho em condições análogas à escravidão. Além da fraude e do engano, é comum os traficantes recorrerem à ameaça, à força e a outras formas de coação, com o objetivo de subjugar suas vítimas.

Grande parte dos casos de tráfico humano diz respeito a imigrantes ilegais, que, devido a sua

situação de clandestinidade, ficam ainda mais vulneráveis a toda sorte de exploração. Por receio de serem descobertos pelas autoridades locais e deportados para seu país de origem, essas pessoas submetem-se a condições de trabalho e de vida aviltantes: habitam em alojamentos precários, cumprem jornadas exaustivas de trabalho, prestam serviços em ambientes insalubres e inseguros e recebem salários irrisórios, que por vezes servem apenas para cobrir despesas de deslocamento, alimentação e moradia.

O combate ao tráfico de pessoas passa necessariamente pelo enfrentamento de suas principais causas: o subdesenvolvimento econômico e o subemprego crônico. Enquanto isso não acontece, algumas medidas podem ser adotadas para,

ao menos, coibir a sua ocorrência, como a rigorosa persecução criminal de todo aquele que comprovadamente concorrer para a prática desse ilícito e o reconhecimento da responsabilidade civil e trabalhista de empresas, quando verificadas situações de tráfico humano ao longo de sua cadeia produtiva.

É absolutamente intolerável que, com todo o avanço proporcionado pela expansão do conhecimento e por novas tecnologias, milhares de pessoas ainda sejam oprimidas e exploradas como meros objetos para atender a interesses de gananciosos. Qualquer ser humano, independentemente de sua origem ou condição social, possui a mesma dignidade perante Deus e à luz do Direito. Resta a esperança de que algum dia o amor e a fraternidade superem a cobiça, o egoísmo e a indiferença, de tal modo que pessoas fragilizadas, em busca de uma vida melhor em outro país ou região, sejam tratadas com o respeito e a ternura que merecem.

MARCELO ADRIANO DA SILVA é promotor da Vara do Trabalho e membro da União Juristas Católicos em Londrina

É intolerável que milhares de pessoas ainda sejam oprimidas e exploradas como meros objetos

14 ABR 2014

FOLHA DE LONDRINA

Eleitor tem até dia 7 para regularizar título

Loriane Comeli
Reportagem Local

Mesmo faltando pouco tempo para o final do prazo para regularização do título de eleitor – menos de 15 dias úteis – muita gente ainda não procurou a Justiça Eleitoral em Londrina e a expectativa é de longas filas nos dias que antecedem 7 de maio.

A regularização se destina às pessoas que pretendem transferir o domicílio eleitoral; atualizar dados, como o endereço e, conseqüentemente, o local de votação; ou reverter o cancelamento do documento determinado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por não ter feito o cadastramento biométrico até setembro do ano passado. O prazo também é o mesmo para quem pretende tirar o título pela primeira vez.

Com o final do cadastramento biométrico, 61 mil títulos foram cancelados em Londrina. Porém, o chefe da Central de Atendimento ao Eleitor de Londrina, Willian Gallera Garcia, explicou que não é exatamente este número de eleitores que deve procurar a Justiça Eleitoral. “Eleitores podem ter falecido, mudado para o exterior, entre outras situações. Não quer dizer necessariamente que 61 mil pessoas estejam irregulares com a Justiça Eleitoral. Consideramos que uma parcela dessas inscrições já deveriam ter sido excluídas, já que o cadas-

tro não era atualizado em Londrina há 27 anos”, disse.

Mesmo não tendo o número preciso de eleitores com o título cancelado e novos eleitores, Garcia acredita que haverá atropelos. “No ano passado, tínhamos toda a estrutura necessária para atender adequadamente as pessoas. Agora, certamente haverá filas e o atendimento será demorado. As pessoas acabam deixando sempre para a última hora.”

Durante o período do cadastramento biométrico havia 100 guichês; agora são apenas 18 e a capacidade máxima de atendimento é de 400 a 500 eleitores por dia. Desde 9 de setembro do ano passado, quando terminou o cadastramento biométrico, menos de 5 mil eleitores procuraram a Justiça Eleitoral para regularizar a situação. “Provavelmente haverá plantões em finais de semana ou ampliação do horário, mas, ainda assim, nossa capacidade de atendimento é limitada”, lamentou Garcia.

SERVIÇO

● Para regularizar o título de eleitor, é necessário levar documento oficial com foto e comprovante de residência. Para expedir o título pela primeira vez é necessário, no caso dos homens, carteira de reservista.

● A Justiça Eleitoral em Londrina atende das 12h às 19 horas, de segunda-feira a sexta-feira.

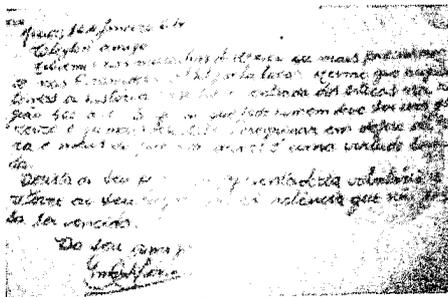
IMPACTO PARANÁ

JUSTIÇA

Osmann de Oliveira
- Advogado.

12 ABR 2014

CLAYTON PODE VOLTAR!



Outro dia, casualmente, encontrei-me com Clayton Camargo, por quem sempre nutri admiração pessoal e respeito. Desde quando se encontrava ele na Promotoria Pública da Comarca de Bocaiúva do Sul onde enfrentou duras críticas partidas da então Juíza de Direito, circumspecta senhora, até o dia em que pediu a sua remoção para Curitiba. Conheci-o enfrentando momentos difíceis. Lá em Bocaiúva, como advogado, patrocinei a defesa do Delegado de Polícia. Diziam que o cemitério local era "mina" de chumbo tal a quantidade de cadáveres enterrados com balas não extraídas. No fundo isso encerrava uma crítica a omissão das autoridades. E essa omissão foi a tal ponto que, á título de protesto, um eminente magistrado trancafiou-se numa cela e mandou chamar o Corregedor, - (que era o Desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa) - para que o fosse tirar da cadeia. O gesto foi hilário e o saudoso Antônio Franco mandou apurar os fatos com o mais severo rigor. O que aconteceu depois, qualquer dia desses eu conto.

Mas, retornando ao tema inicial, Clayton Camargo, segundo o noticiário nacional, surpreendeu a todos, primeiro abdicando da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e, em segundo plano, requerendo a sua aposentadoria. No que pertine à sua renúncia ao Cargo não há muito o que se dizer. Trata-se de atitude pessoal e ao mesmo tempo de protesto. E protesto porque o Conselho Nacional de Justiça, interferindo na vida de um Tribunal, pretendia afastá-lo mesmo.

Prevendo o que poderia vir a acontecer e desenliçando o problema e as dúvidas, Clayton requereu, também, de uma penada só, não mais que uma, a sua inativação. O seu pedido foi acolhido. Mas, sem dúvida alguma, pode ser revisto e voltar ele a envergar a sua toga. Não foi expulso da Corte, nem foi cassado e muito menos apenado com a perda da função pública.

No Tribunal de Justiça do Estado do Paraná já ocorreram casos de desembargadores pedirem a aposentadoria num dia e retirarem a solicitação logo em seguida.

A nomeação e a posse é, em direito administrativo, ato complexo sujeito a três condições: capacidade, escolha e exercício do cargo.

A aposentação possui outro cunho, ou seja, a vontade, mas, também, o arrependimento.

Clayton Camargo, em toda essa rebenqueada, mostrou-se muito sereno. Em nenhum momento redarguiu a nada, Manteve-se quieto e confidenciou-me que, agora, seria julgado e que para isto aguardava duas coisas, apenas, lisura e que tivessem os outros a mesma serenidade com a qual se apresentava.

Despedimo-nos. Pretendi lembrar-lhe do que diz o CORÃO: "a Deus não importa o que você foi, mas o que será a partir deste momento".

12 ABR 2014

IMPACTO PARANÁ

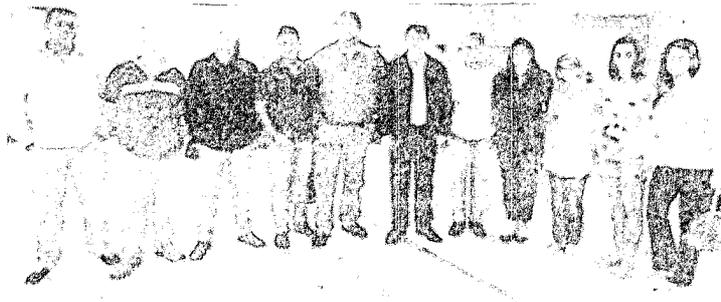
Volta de Fabio Camargo ao Tribunal de Contas fez uns e outros imaginar a possibilidade de também voltar ao status anterior o seu pai, Clayton Camargo. Situação totalmente diferente e que depende de processo no CNJ que o impediu de continuar presidente do TJ-PR e até de apresentar-se. Camargo, segundo confienciaram pessoas próximas, estaria vigilante porque pode, a qualquer momento, ser novamente surpreendido com repentino desembarque. Por enquanto, a Gazeta do Povo se mantém vigilante.

12 ABR 2014

IMPACTO PARANÁ

1800 ATENDIMENTOS JUDICIÁRIOS EM ARAUCÁRIA

Nos dias 04 e 05 de abril, a Prefeitura de Araucária em parceria com o Poder Judiciário e Sistema Fecomércio/Sesc/Senac realizaram mais uma edição do projeto "Justiça no Bairro Sesc Cidadão" na cidade. O evento prestou gratuitamente diversos serviços de cidadania à população de baixa renda, na Escola Archelau de Almeida Torres e no Parque Cachoeira. De acordo com dados dos organizadores do evento, mais de 1800 atendimentos efetivos do sistema judiciário foram realizados durante os dois dias de evento. Além do Casamento Civil Coletivo, houve a realização de audiências de divórcio, pensão alimentícia, guarda e responsabilidade, reconhecimento de paternidade e de maternidade, reconhecimento de união estável ou dissolução, retificação de registro civil e interdição judicial.



12 ABR 2014

IMPACTO PARANÁ VERDADE RESTABELECIDADA

VALEU A PENA CONFIAR NA BUSCA DA VERDADE

Após insistentemente instado por amigos para aceitar convite para conversar com o cidadão DOATICO ALCIDES ALVES DOS SANTOS, pessoa que publicamente sempre esteve ao lado do ex-governador Roberto Requião, sendo um de seus mais leais serviçais, atendi ao convite. me pediu desculpas pela sua atuação em alguns episódios envolvendo seu ex-chefe e que me causaram muitos aborrecimentos tanto que culminaram com minha aposentadoria compulsória pelo Conselho Nacional de Justiça.

Mesmo sob a alegação de ser pessoa cristã logo já o tinha perdoado, bem como seu ex-patrão (...assim como temos perdoado a quem nos tem ofendido..), tal cidadão se dispôs a tornar pública algumas ações comandadas pelo ex-governador o que se concretizou com o documento anexo para que não paire dúvidas quanto a veracidade e fidelidade de tais declarações. Paralelamente, em respeito aos me conheceram minha atuação, até em respeito a todos quantos tiveram informações sobre estes fatos, gostaria de fazer breve digressão sobre alguns aspectos que me parecem relevantes para o restabelecimento da verdade e integridade deste cidadão, enquanto Magistrado Federal.

Mesmo hoje tendo superado os delicados momentos vividos desde meu afastamento pelo CNJ em abril 2009 e à final aposentado compulsoriamente em junho de 2013, não me arrependo de nestes 21 anos ter exercido intensamente a magistratura federal (ingressei em 1988) dos quais 16 anos no TRF4. Iniciei na longínqua Porto Velho/RO (titular de uma das Varas e responsável por mais 2, além de juiz do TRE-RO), aliás fui o primeiro Juiz Federal a ser nomeado, tomado posse e entrar no exercício do cargo naquela Cidade, depois removido a Vara Única de Foz do Iguaçu, no início de 1989, onde permaneci até início de 2001 - naquela ocasião também único Juiz Federal para uma jurisdição em torno de 73 Municípios (Cascavél, Toledo, Guaíra, Umuarama, Mal. Cândido Rondon, hoje com várias federais) -. Depois removido para a 6ª Vara de Curitiba, onde durante quase meio ano, em 2002, respondi, cumulativamente, com a Vara Federal de Londrina. Já em 2006 passei a ser convocado no TRF4 ao qual fui alçado, por antiguidade, em junho de 1998 onde permaneci até abril de 2009 quando do meu afastamento. Ali tive o privilégio de compor a 4ª Turma, compor o Conselho de Administração, e entre 2005 a 2007, responder, cumulativamente, as Coor-

denações: Sistema de Conciliação (SistCom); Juizados Especiais Federais (Cojef) e Programa da Qualidade, nesta com o privilégio de representar a Justiça Federal do Brasil em dois grandes eventos internacionais (CLAD na Cidade do Panamá e em Lisboa/Portugal).

Foi um período de uma profícua atividade, aliás, para minha surpresa, nos dados estatísticos do TRF em setembro/2011 - quase dois anos após afastado - ainda figurava como o Desembargador com maior número de processos julgados desde a criação do TRF. Confesso que as comendas recebidas em quase todas as cidades onde atuei (Foz, Cascavél, Londrina), além do título de Cidadão Honorário do Paraná, agraciaram o Magistrado. Já a comenda do Ordem do Mérito Militar recebido em Brasília em 2008, quiçá honraram o 2º Ten. R/2 do CPOR do Paraná. Hoje cogito o retorno ao Magistério (Prof. Fac. Dto. Ctiba), continuo como Consultor "ad hoc" do CEJ/STJ, integrante do Conselho de Orientação da REPRO, além de consultoria e trabalho voluntário em Ctiba.

Assim, como sempre acreditei e lutei pela verdade e pela Justiça, deixo estas considerações como forma de homenagear a Justiça Federal Brasileira. As declarações anexas esclarecem os fatos.

Edgard Antonio Lippmann Jr.,
(Des. Fed. Aposentado do TRF4)

FOLHA DE S. PAULO

Ministro do STF processa jornalista da Folha por livro

12 ABR 2014

Mendes pede R\$ 200 mil de indenização

O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, entrou na Justiça com uma ação por danos morais contra o jornalista Rubens Valente, da **Folha**, e a editora Geração Editorial, pela publicação do livro "Operação Banqueiro", sobre os bastidores da operação policial que investigou os negócios do banqueiro Daniel Dantas.

Batizada pela Polícia Federal de Satiagraha, a operação, realizada em 2008, levou à prisão temporária de Dantas e de outros 23 envolvidos, mas foi anulada pelo Superior Tribunal de Justiça devido a ilegalidades nas investigações.

Na petição de 35 páginas assinada pelo advogado Rodrigo Mudrovitsch, Mendes diz que, "longe de se limitar ao relato das informações de cunho jornalístico ou investigativo, mira o autor a difamação (...) a partir da exposição inventiva e gravemente distorcida dos fatos que cercaram o evento". Ele pede indenização de R\$ 200 mil.

Mendes considera que o livro ataca sua imparcialidade como juiz, deturpa o julgamento do habeas corpus que favoreceu Dantas e narra de forma tendenciosa relatos sobre escutas telefônicas no gabinete da presidência do STF.

O livro, lançado em janeiro deste ano, sugere que Mendes favoreceu interesses de Dantas na época em que chefiava a Advocacia-Geral da União, no governo FHC, e critica a maneira como ele agiu mais tarde no STF para barrar a Operação Satiagraha.

Rubens Valente disse à **Folha** que o ministro foi procurado "com insistência na fase de elaboração do livro", mas se recusou a atender o autor, "abrindo mão da oportunidade de oferecer a sua versão sobre os fatos". O jornalista disse ainda que o ministro não conseguiu apontar "um único fato inverídico".

Justiça nega pedido para construção de aeroporto privado em Parelheiros

DE SÃO PAULO - A Justiça de São Paulo negou o pedido da Harpia Logística para reverter decisão da prefeitura, de agosto de 2013, vetando a construção de um aeroporto privado em Parelheiros, zona sul da capital.

Na sentença em primeira instância, o juiz Evandro Car-

los de Oliveira entendeu que deve prevalecer a norma mais favorável ao meio ambiente.

O projeto do Harpia prevê a construção do aeroporto de 800 mil m² em um terreno de 4 milhões de m² onde hoje há uma fazenda de eucalipto. A Harpia diz que vai recorrer.

FOLHA DE S. PAULO

Justiça inclui 12 em ação de cartel em SP

Liminar determina a abertura de processo contra executivos de empresas acusadas de fraudar licitações de trens

Ministério Público também investiga outros crimes, que podem resultar em novas denúncias

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O Ministério Público obteve medida liminar da Justiça que determina a abertura de ação criminal contra 12 executivos e ex-dirigentes de empresas acusadas de formação de cartel em licitação da linha 5-lilás do Metrô de São Paulo.

A liminar foi concedida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e cassa a decisão de primeira instância da 7ª Vara Criminal da capital, que havia rejeitado a denúncia contra os acusados e negado a abertura de processo criminal contra 5 executivos da empresa Siemens, 3 da Alstom, 1 da DaimlerChrysler, 1 da CAF, 1 da Mitsui e 1 da TTrans.

Segundo o juiz da 7ª Vara Benedito Pozzer, já ocorreu a prescrição dos crimes atribuídos aos denunciados.

Para o magistrado, os crimes foram praticados até 10 de outubro de 2000, quando o contrato da linha 5-lilás foi assinado, e, a partir dessa data, o prazo de prescrição deve ser contado.

Segundo o cálculo do juiz, a prescrição dos delitos ocorreu em 9 de outubro de 2012.

Porém a decisão de anteaontem do Tribunal de Justiça aponta que a contagem do prazo de prescrição não deve ser iniciada na data da assinatura do contrato.

O magistrado relator do caso, Alex Zilenovski, acolheu a argumentação do promotor Marcelo Mendroni, responsável pela denúncia.

Segundo Mendroni, os efeitos dos crimes prolongaram-se durante a execução do contrato e seus aditivos, e por isso a prescrição não pode ser considerada a partir da data da formalização da venda de equipamentos para a companhia de trens.

Em março, o Ministério Público apresentou ao todo cinco ações criminais contra 30 dirigentes de empresas acusadas de participação nas fraudes em licitações de trens entre 1998 e 2008, em sucessivos governos do PSDB.

Além da denúncia que tramita na 7ª Vara Criminal da capital, uma outra foi rejeitada pela 30ª Vara e outra foi aceita pela 28ª Vara, o que levou à abertura de ação penal contra dez acusados.

Uma das causas, em andamento na 11ª Vara Criminal, ainda não teve decisão sobre o acolhimento ou rejeição da denúncia da Promotoria, mas, em despacho, o juiz Rodolfo Pellizari determinou a citação dos acusados para que apresentem suas defesas.

Apenas uma das denúncias, em trâmite na 28ª Vara Criminal, ainda não teve despacho judicial até agora.

Além das cinco ações sobre cartel e fraude a licitações, o Ministério Público ainda conduz investigações sobre crimes de corrupção, improbidade administrativa e danos aos cofres públicos, que podem resultar em novas denúncias à Justiça.

As apurações começaram após a empresa alemã Siemens ter informado em maio ao Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) sobre a formação do cartel.

CONTINUA

12 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Empresas dizem colaborar com investigações

As empresas acusadas de participação no cartel de trens em São Paulo afirmam que estão colaborando com as apurações do caso.

Em nota, a Siemens informa que “foi a autora da denúncia que deu origem às investigações sobre possível existência de cartel nos contratos” do setor de trens.

“Baseada em sua política de ‘compliance’, a empresa forneceu ao Cade e ao Ministério Público documentos resultantes de suas averiguações internas”, diz a nota.

A Siemens afirma ainda que “colabora para que as investigações sejam concluídas e as responsabilidades devidamente apuradas”.

A Alstom informa que colabora com as autoridades nas investigações e que “sobrepreço e pagamentos ilegais não são permitidos em nenhuma negociação”.

Em nota, a Mitsui afirma que tem conhecimento sobre a denúncia do Ministério Estadual e, “se solicitado, a companhia irá cooperar diligentemente com o processo”.

A empresa diz que não se manifestará pois “o processo ainda está em andamento”. O executivo indicado como funcionário da Mitsui à época dos fatos descritos na denúncia não trabalha mais na companhia, afirma a nota.

A **Folha** não conseguiu localizar representantes da CAF e TTrans e os executivos denunciados ontem.

12 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Barbosa diz que nem notou protesto contra ele

'O Brasil é uma democracia, faz parte das liberdades', afirmou presidente do Supremo

O presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa, afirmou ontem que encarou com "naturalidade" o protesto promovido contra ele na semana passada por militantes do PT.

"[Vi o protesto] com absoluta naturalidade. Eu nem notei, quando fui notar estava dentro do carro. [Foi] quando eu vi que eram três, quatro pessoas se manifestando. O Brasil é uma democracia, faz parte das liberdades", disse Barbosa, que teve compromisso em Salvador.

Conforme a **Folha** divulgou na quinta-feira, o ministro —que foi o relator do processo do mensalão— foi seguido por militantes petistas no último dia 4, no momento em que saía de um bar na região central da Brasília.

Barbosa foi chamado de "tucano" e de "projeto de ditador". Os manifestantes divulgaram na internet pelo menos três vídeos com cenas das hostilidades.

O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) protocolou ontem denúncia na Câmara dos Deputados contra Rodrigo "Pilha" Grassi Cademartori, assessor da deputada Érika Kokay (PT-DF), por ele ter divulgado um dos vídeos.

ELEIÇÕES

Barbosa participou ontem em Salvador da solenidade que marcou o início da implantação do processo judicial eletrônico no Tribunal de Justiça da Bahia. O ministro foi aplaudido e posou para fotos com servidores da Justiça.

Ele brincou ao ser questionado sobre as eleições: "Não estava nem um pouco fascinado com a possibilidade de deixar o Supremo para me candidatar. Mas não me acreditaram, sobretudo vocês da imprensa. Táí, passou o tempo e não serei candidato".

O ministro disse que ainda é abordado por pessoas na rua que cobram que ele seja candidato às eleições deste ano, embora ele já não tenha tempo para se candidatar.

Questionado sobre o mensalão, ele evitou fazer comentários: "Por favor, vamos mudar essa fita". Após a solenidade, Barbosa seguiu para um almoço com o governador Jaques Wagner (PT-BA).
(JOÃO PEDRO PITOMBO)

Colaborou MARIANA HAUBERT, de Brasília

12 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

DEGRAU
ACIMA

Os advogados Márcio Thomaz Bastos e José Carlos Dias, que defenderam executivos do Banco Rural no processo do mensalão, estão entrando com pedido de anulação do julgamento na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Eles representam Kátia Rabello, presidente da instituição, José Roberto Salgado, vice-presidente, e Vinícius Samarane.

DUAS VEZES

Os advogados alegam que um princípio fundamental foi transgredido: o que prevê que uma pessoa seja julgada em pelo menos duas instâncias. O processo do mensalão tramitou apenas no STF (Supremo Tribunal Federal), sem que os réus, depois de condenados, tivessem direito à apelação para qualquer outra corte. Bastos e Dias pedem que um novo julgamento seja realizado.

ESTRADA

Caso entenda que os argumentos dos advogados são pertinentes, a comissão pode encaminhar o pedido para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, que então abriria um processo.

SIMBÓLICO

A questão foi discutida por ministros do STF antes de o julgamento começar. Celso de Mello, por exemplo, entende que a Corte Interamericana não tem o poder de revisar o julgamento, mas pode abrir processo contra o Brasil, numa punição simbólica. O órgão aplica e interpreta a Convenção Americana dos Direitos Humanos, da qual o país é signatário.

QUESTÃO INTERNA

Outros ministros, como Joaquim Barbosa e Gilmar Mendes, sempre frisaram, ao longo do julgamento, que a Corte Interamericana não pode interferir em decisões judiciais do Brasil.

12 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Três condenados do mensalão passarão 5 dias fora da cadeia

Delúbio Soares, João Paulo Cunha e Jacinto Lamas terão direito ao 'saidão da Páscoa', mas não poderão deixar o DF

José Dirceu, que está no regime semiaberto, deve ficar no presídio devido à investigação sobre uso de um celular

SEVERINO MOTTA
MATHEUS LEITÃO
DE BRASÍLIA

Pelo menos três condenados no processo do mensalão que possuem direito a trabalho externo passarão a Semana Santa fora do presídio.

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares, o ex-deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e o ex-assessor do PP Jacinto Lamas terão direito a cinco dias de "saidão da Páscoa", desde que não saiam de Brasília.

O benefício será concedido a diversos presos do Distrito Federal que cumprem pena em regime semiaberto. As regras foram definidas pela VEP (Vara de Execuções Penais) em março.

Segundo a VEP, presos que possuem autorização para saídas quinzenais, temporárias ou que já tiveram o benefício do trabalho externo concedido terão direito ao saidão, que começa às 10h do dia 17 e vai até às 10h do dia 22.

Para aqueles que já obtive-

ram autorização para o trabalho, o prazo é um pouco maior: só precisarão retornar ao presídio no final do expediente do dia 22.

Apesar de estarem presos no regime semiaberto e terem o benefício do trabalho externo, os ex-deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Bispo Rodrigues não devem ter direito ao saidão. A VEP não concede a autorização para aqueles que respondem a inquéritos disciplinares.

Após acompanhar o dia a dia de alguns dos condenados no final do mês de março, a **Folha** revelou que Costa Neto recebeu políticos no restaurante onde trabalha, entre eles, o líder de seu partido na Câmara, Bernardo Santana (PR-MG).

Após a publicação da reportagem, o Ministério Público pediu abertura de um inquérito disciplinar para apurar se ele havia infringindo regras de seu benefício de trabalho externo. A VEP atendeu o pedido e também pediu investigações sobre Bispo Rodrigues. Por isso, os dois devem permanecer no presídio durante a Páscoa.

O ex-ministro José Dirceu, que está em regime semiaberto, também deve ficar no complexo prisional, uma vez

que, devido à investigação sobre o suposto uso de um celular dentro do presídio, ainda não obteve autorização nem para o trabalho externo nem para saídas temporárias.

Fora da detenção, os condenados do mensalão terão que cumprir algumas regras. De acordo com o VEP, os presos ficam restritos às seguintes condições: "Não ingerir bebidas alcoólicas, não fazer uso ilícito de entorpecente e nem frequentar prostíbulos, bares ou botequins".

Eles também terão de ter "comportamento exemplar", "não praticar fato definido como crime", tratar bem seus familiares e voltar para suas residências às 18h.

DELÚBIO

Como a VEP permite que presos com famílias em cidades do entorno do DF possam ir a seus municípios na Páscoa, o ex-tesoureiro do PT tentou obter autorização para passar o feriado com familiares em Buriti Alegre (GO).

O pedido, no entanto, foi negado pelo juiz substituto da VEP Mario José de Assis Pegado. De acordo com ele, a cidade fica a cerca de 350 km de Brasília e, por isso, não poderia se enquadrar como "entorno do Distrito Federal".

FOLHA DE S. PAULO

O bom senso da Justiça

KÁTIA ABREU

Felizmente um juiz negou a suspensão do registro e da venda de ingredientes que compõem agroquímicos

12 ABR 2014

HÁ DIAS, neste mesmo espaço, comentei sobre como as sociedades europeias e americana admiram e valorizam seus produtores rurais, subvencionando-os fortemente mesmo em situações de crise. No Brasil, as relações campo-cidade são, com frequência, marcadas por suspeitas e desinformação.

Muitos se esquecem de que, até recentemente, o atraso de nossa agricultura era grande problema. A produção rural insuficiente para atender ao mercado doméstico e as crises recorrentes de abastecimento interno nos obrigavam a importações de emergência, a despeito da crônica escassez de dólares. E, não raro, apelava-se ao puro e simples racionamento de gêneros de primeira necessidade.

Nos últimos 40 anos, houve uma revolução no campo brasileiro. Mudaram os produtores, os sistemas de produção e a tecnologia agrícola, sob o comando de um órgão de pesquisa do Estado brasileiro — a Embrapa. Criamos uma agricultura tropical com identidade própria, pois até então tentávamos adaptar a agricultura das regiões temperadas às nossas condições.

A agricultura tropical é um progresso para a humanidade, mas tem seus problemas. O calor e a umidade, tão propícios à vida, são também favoráveis à proliferação de insetos e pragas combatidos com os recursos da química moderna. Por isso, a Embrapa e as empresas de pesquisa e desenvolvimento de produtos agrícolas desenvolveram sementes, práticas e sistemas próprios para o nosso clima.

Desenvolvemos técnicas de manejo integrado de pragas e doenças

e adotamos, em larga escala, o sistema de plantio direto de grãos, que consiste na semeadura sobre os resíduos do cultivo anterior, dispensando-se a aração e a gradagem do solo. Esse sistema só é possível com o controle químico das ervas daninhas, feito com produtos usados em todo o mundo e exaustivamente aprovados em milhares de testes de inocuidade.

Os agroquímicos que utilizamos no controle de pragas e doenças são igualmente adotados em todos os principais países e, dada a sua inevitável toxicidade, são sujeitos a regulamentação rígida e a estritos protocolos para fabricação, transporte, armazenamento, aplicação e deposição de resíduos e embalagens. Tudo isso é efetivamente obedecido, tanto que exportamos para os mercados mais sofisticados e exigentes do mundo e somos permanentemente auditados por equipes de inspeção sanitária dos países importadores.

Apesar de tudo isso, o MPF (Ministério Público Federal) lançou terrível ataque contra a nossa produção, requerendo à Justiça que suspendesse de imediato, mediante tutela antecipada antes de qualquer instrução e julgamento, o registro e a venda de um grupo de ingredientes ativos que compõem ampla gama de agroquímicos.

Na lista do MPF estão o glifosato e o 2,4-D, largamente usados no sistema de plantio direto. Sem eles, ficaria inviabilizada a produção de produtos que compõem a dieta do brasileiro, como o arroz, o milho, o tomate e as hortaliças, além de grãos e fibras.

CONTINUA

12 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

É fato que o Ministério Público só tomou essa atitude por causa da ineficiência da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária). Afinal, há oito anos ela editou portaria anunciando a reavaliação de vários agroquímicos e até hoje não cumpriu a tarefa, embora tivesse 120 dias para fazê-lo. Mas, se a Justiça julgasse procedente a pretensão do MPF, a produção rural brasileira sofreria o mais duro golpe de sua história recente.

Felizmente a Justiça tem dado mostras de grande bom senso. Em duas oportunidades, no Paraná e no Distrito Federal, a tutela antecipada foi negada com argumentos consistentes e praticamente irrespondíveis. Ao proferir a sentença, o juiz federal considerou que o 2,4-D possui registro em mais de 70 países. Essa é uma das substâncias químicas mais estudadas do mundo, com mais de 40 mil estudos realizados por diversas instituições de pesquisa dos vários continentes.

Com a calma e o tempo apropriados à natureza dessas questões, é possível examiná-las de acordo com os fatos e a ciência. A agricultura precisa seguir produzindo em paz, defendida da desinformação e do preconceito.

KÁTIA ABREU, 52, senadora (PMDB-TO) e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), escreve aos sábados nesta coluna.

13 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Nos passos de Obama

JANIO DE FREITAS

Não se esperava que a Promotoria do DF criasse o novo ardil para xeretar comunicações da Presidência

ESPERAVA-SE QUE Barack Obama fizesse escola, conforme a regra histórica de que maus usos do poder encontram seguidores com mais facilidade do que os bons. Esperava-se, mas não que fosse aqui, nem, muito menos, que o poder da Promotoria do Distrito Federal fosse o criador do novo ardil para xeretar as comunicações da Presidência da República, incluída a da própria presidente Dilma Rousseff.

É também interessante que o juiz da Vara de Execuções Penais e o ministro Joaquim Barbosa não dessem sinal algum de estranheza — sem falarmos nas providências legais necessárias — ao deparar-se com coordenadas geográficas de latitude e longitude para pedir quebra de sigilo telefônico de números, endereços e portadores de celulares não citados. A alternativa a essa indiferença seria o conhecimento prévio, por ambos, da artimanha e do alcance da alegada identificação de telefonema no presídio da Papuda.

O fato é que, não fosse a argúcia do advogado José Luis Oliveira Lima, que providenciou um laudo técnico para localizar os dois pontos indicados pelas coordenadas geográficas, nada faz crer que as comunicações de celulares da Presidência escapassem da violação. Um jogo de coordenadas contrabandeava o Planalto na quebra de sigilo e o outro referia-se à Papuda, também citada por coordenadas para manter a lógica do disfarce. Mas o pedido estava em nome da promotora Márcia Milhomens Sirotheau Corrêa, e isso basta para presumir-se o despacho do juiz ou do ministro: ela é a promotora que se ocupa

das alegações de regalias, privilégios, telefonema, churrascos e o demais que mantém há cinco meses o regime fechado de prisão de José Dirceu, condenado ao semiaberto.

É possível, mas não provável, que a promotora concursada ignore a proibição legal para quebra de sigilo coletiva, sem indicação de destinatário e objetivo. Também se poderia supor que desejasse verificar se teve procedência palaciana o (negado) telefonema em que James Correia, secretário no governo baiano, teria falado com José Dirceu. Essa motivação razoável não resiste, porém, a outro componente do ardil: o pedido de quebra de sigilo.

O alegado telefonema a José Dirceu tem data precisa: 6 de janeiro. Apesar disso, a pedida quebra de sigilo quer saber dos telefonemas trocados pelos celulares de todos na Presidência entre 1º e 16 de janeiro. Sem dúvida, nesse prazo há uma intenção precisa, embora recôndita. Não seria arbitrária, na transformação de um dia em duas semanas, uma Promotoria tão minuciosa a ponto de se interessar até por saber se os petistas, em seus primeiros dias na Papuda, receberam uma banana, talvez laranja, ausente no café da manhã de outros presos.

Muita coisa no pedido de quebra de sigilo justificaria uma investigação, que não se deve esperar, das suas motivações e da sua autoria. Além das prontas medidas administrativas merecidas pelo objetivo de violar comunicações da Presidência da República e tentá-lo por meio de um ardil.

Muita coisa, aliás, está excessivamente esquisita nos procedimentos do Supremo Tribunal Federal, do Judiciário em Brasília e do Ministério Público do Distrito Federal em relação a condenados petistas e não petistas da ação 470. São prazos desrespeitados, suspeitas marotas, apurações que não andam (o prazo para elucidação do tal telefonema terminou em fevereiro), repórteres usados para publicar inverdades como uma construção luxuosa na Papuda destinada aos petistas, e por aí vai. O conceito da Justiça terminará pagando mais esta conta.

13 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

TRE de Minas manda revista retirar anúncios com imagem de Pimentel

DE BELO HORIZONTE - O Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais determinou que sejam recolhidos os anúncios de uma revista de circulação gratuita estampados em ônibus e em outdoors de Belo Horizonte.

As peças reproduzem a capa da edição mais recente da revista "Impactto", que exibia na

na capa o ex-ministro Fernando Pimentel, pré-candidato do PT ao governo mineiro.

"Pimentel quer o seu voto" é a chamada da publicação.

A juíza Lillian Maciel dos Santos expediu a liminar atendendo à acusação de propaganda eleitoral antecipada apresentada pelo PSDB.

Genoino passa por exame médico que pode mandá-lo de volta à prisão

DE BRASÍLIA - O ex-deputado José Genoino (PT-SP) passou na tarde de ontem por uma série de exames para definir se continuará cumprindo em casa a pena pela condenação no mensalão ou se terá de voltar para a prisão.

Uma junta de cinco médicos deve se reunir na quarta-feira, na Universidade de Brasília (UnB), para avaliar seu quadro e enviar parecer ao Supremo Tribunal de Justiça.

Um dos médicos, Alexandre Visconti Brick, professor

de cirurgia cardiovascular, disse após os exames que Genoino estava "aparentemente bem".

O ex-deputado cumpre pena de quatro anos e oito meses por corrupção ativa, no caso do mensalão.

Ele foi preso no início de novembro do ano passado. Pouco depois, passou para o regime de prisão domiciliar, por conta de problemas de saúde. Em julho passado, ele havia sido submetido a cirurgia de emergência para corrigir uma lesão em artéria do coração.

9C contraponto

Com a devida vênia

As sextas feiras, um grupo de advogados costuma almoçar com o vice-presidente Michel Temer. Na semana retratada, o ex-ministro do STF Eros Grau se engasgou com um osso. O advogado José Yunes passou a dar socos nas costas de Grau para ajudá-lo a respirar. Deu certo e, diante da cena inusitada, o jurista Antônio Carlos Mendes observou:

—Foi a primeira vez que vi um advogado esmurrar um ex-ministro da mais alta corte e não acontecer nada!



FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Eu sou de

ESQUERDA,

mas ninguém acredita ex-presidente

UMA VEZ ACREDITEI

PAINEL

Guerrilha Depois de protocolar duas petições na semana passada para pedir a decisão imediata sobre o trabalho externo de José Dirceu, a defesa do ex-ministro deve bombardear o STF com novos pedidos, até que Joaquim Barbosa decida a questão.

MÔNICA BERGAMO
FORÇA DA PALAVRA

14 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

O Tribunal de Justiça de SP manteve a condenação de um ano de prisão (convertido no pagamento de um salário mínimo) por injúria racial para uma diretora de escola pública que chamou uma professora negra de “macaca”. A defesa de Francisca Teixeira havia recorrido de uma decisão de 2011 da primeira instância. Ela usou o termo ao chamar Neusa Marcondes para assinar um documento.

PALAVRA 2

“Ainda que a acusada estivesse agindo por brincadeira, o certo é que a expressão foi extremamente infeliz”, afirma a sentença da 4ª Câmara Criminal. O advogado Alexandre Barduzzi diz que a diretora se referia ao “estado de euforia da professora”, e não à cor da pele. “Era Carnaval. Ela [Neusa] estava pulando e fazendo brincadeiras com as colegas. Minha cliente poderia ter dito ‘grilo’. Não quis ofender.” Ele vai recorrer novamente da decisão.

PALAVRA 3

Para o promotor de Justiça do caso, Roberto Livianu, a condenação “é de vital importância para reverter a percepção de impunidade do racismo no Brasil”.

NOS BASTIDORES

Dossiê encaminhado à Polícia Federal reúne conversas de Paulo Vieira, ex-diretor da ANA (Agência Nacional de Águas) indiciado na Operação Porto Seguro, que indicam que ele atuou na cassação da prefeita de Cruzeiro (SP). Ana Karin Andrade (PR) foi cassada pela Câmara Municipal em 27 de março, sob a alegação de não ter respondido a seis requerimentos de informação. Em uma escuta da PF de 2012, Vieira disse “sonhar” com o cargo.

NOS BASTIDORES 2

“Vamos organizar para segurar [a cassação] no TJ”, escreveu Vieira, em mensagem pelo Facebook a uma assessora do vice-prefeito Rafic Simão (PMDB), que assumiu o posto. Ao ser informado de que o processo contra a prefeita está com a desembargadora Vera Angrisani, ele diz: “Vou pedir a um amigo para despachar com ela”.

NOS BASTIDORES 3

A prefeita está recorrendo. “Vieira articulou para me derrubar por querer controlar duas autarquias municipais, a de água e a de educação”, diz Ana Karin. Leônidas Scholtz, advogado de Vieira, diz que “articulação política não é crime”, assim como acompanhar o caso no TJ-SP. “Ele é advogado e pode atuar.”

TAPINHA NAS COSTAS

Após a eleição no Ministério Público — onde o clima esquentou com trocas de acusações —, a campanha na Defensoria Pública do Estado “não tem tanto embate”, segundo Davi Depiné, da chapa da situação. Ele disputa com Rafael Vernaschi, em 26 de maio, os votos de 610 colegas. “As decisões [na defensoria] têm vindo de cima para baixo”, critica o candidato da oposição. O governador Geraldo Alckmin não precisa nomear o mais votado.

PAINEL

check up Quando Youssef foi preso, em 17 de março, agentes de PF informaram a seus superiores que, três dias antes, o doleiro disse a uma mulher por telefone que estava “cl clinicamente ótimo”.

Atestado “Qualquer afirmação contrária, em relação ao seu estado de saúde, pode ser considerada falsa”, diz relatório. Na última semana, Youssef se sentiu mal na carceragem da PF em Curitiba e foi levado para um hospital.

tiroteio

Só o plenário do STF pode cessar a ilegalidade cometida contra José Dirceu, que já deveria estar em regime semi-aberto e trabalhando.

DE JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA, advogado do petista, condenado e preso no mensalão, cujo pedido de trabalho externo está com Joaquim Barbosa.

14 ABR 2014

FOLHA DE S. PAULO

Mulheres de Campinas

Alguma incredulidade ronda a notícia vinda de uma comunidade carente em Campinas. Dá-se mal, na favela do Menino Chorão, o homem que agredir física ou verbalmente a própria mulher.

Segundo Maria do Carmo Pereira de Sousa, vigora há dois anos um sistema de represálias ao marido violento. Prevê-se a suspensão, por 15 dias, de qualquer atividade sexual; também sua participação em rodas de cerveja, mesas de sinuca ou futebol é coibida.

Cerca de 200 mulheres zelam pelo cumprimento da penalidade. Casos de reincidência já implicaram, segundo o relato, no espancamento público do cônjuge obstinado.

O caso suscita várias questões. Seria necessário saber quais as razões que impedem tal tipo de marido, na iminência de receber a sentença, de romper o laço conjugal.

Inverta-se a pergunta, entretanto, e o que se reencontra é uma situação clássica nas sociedades machistas. O que fazia com que uma mulher, repetidas vezes espancada, persistisse na vida conjugal? A preocupação com os filhos, sem dúvida; a dependência financeira, muitas vezes; a vergonha; o medo de represálias ainda piores.

Na ausência de depoimentos mais extensos dos próprios maridos de Campinas — os quais, ressa- biados, limitam-se a aprovar laco-

nicamente a lei instituída —, muitas perguntas ficam no ar.

Nunca é pacífica uma situação em que se faz justiça pelas próprias mãos; do espancamento público ao linchamento, a distância é curta. Nunca é aceitável, por outro lado, que o marido se aproveite de milênios de uma cultura opressiva para fazer da companheira o alvo de agressões covardes.

Se a prática da comunidade é inédita, curiosa e até extravagante, não há dúvida do que revela de mudança cultural. O caso das vigilantes campineiras se inscreve no mesmo movimento que leva muitas mulheres a protestar contra abusos no metrô e a defender, com razão, seu direito de usar as roupas que bem entenderem.

A “greve do sexo” tem precedentes clássicos, e algo míticos, numa comédia de Aristófanes. Lideradas por Lisístrata, mulheres fartas do incessante guerrear dos maridos impuseram-lhes a punição agora em pauta na cidade paulista. Pelo menos, a punição mais branda.

Nos casos mais violentos, com o agressor amarrado e espancado, a referência cabe à sorte do rei Penteu, despedaçado pelas bacantes após subir a uma árvore para melhor espí-las na nudez. Mas se trata de uma tragédia de Eurípidés — e cabe esperar que ninguém se veja estimulado, hoje, a chegar a tanto.

12 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

Ex-tesoureiro de Azeredo faz 70 anos e se livra de punições

Para advogado de Cláudio Mourão, Justiça tem agora de decretar a prescrição dos crimes dos quais cliente é acusado

Bernardo Caram / BRASÍLIA

Um dos principais personagens do mensalão mineiro, Cláudio Mourão – tesoureiro da campanha à reeleição do então governador de Minas, Eduardo Azeredo (PSDB), em 1998 –, completa hoje 70 anos e deverá se livrar do processo que tramita na Justiça mineira.

Mourão deverá beneficiado por um artigo do Código Penal que reduz pela metade o prazo de prescrição dos crimes pelos quais é acusado: peculato (desvio de dinheiro público) e lavagem de dinheiro. Conforme denúncia do Ministério Público Federal, o mensalão mineiro foi um esquema de arrecadação ilegal de recursos para a campanha de Azeredo.

Em entrevista ao **Estado** no início de março, Cláudio Mourão confirmou que vai pedir a prescrição dos crimes. Ele afirmou que se o julgamento não estivesse concluído na data de seu aniversário de 70 anos, iria usar esse direito. “O Código Penal é pra todo mundo, né?”, disse.

Sem pressa. O advogado do réu, Antônio Velloso Neto, disse não ter pressa para requerer

● Legislação

“O Cláudio já sofreu muito (...) Às vezes, saindo desse processo, a vida dele melhora”

Antônio Velloso Neto

ADVOGADO DE CLÁUDIO MOURÃO

“O Código Penal é pra todo mundo, né?”

Cláudio Mourão

EM ENTREVISTA AO 'ESTADO', EM MARÇO

a prescrição. “Essa questão não interessa por hora. Ele é inocente”, afirmou.

Velloso Neto diz ter vontade de seguir com o processo até o julgamento de mérito para que seu cliente seja absolvido, mas afirma que é obrigação do juiz decretar a prescrição automaticamente. O advogado se mostrou preocupado com a situação de seu cliente. “O Cláudio já sofreu muito (com o processo).”

Segundo Velloso Neto, a vida de Mourão mudou significativamente após o início da ação penal e ele passou a ter dificuldades para conseguir emprego. “Às vezes, saindo desse processo, a vida dele melhora.”

Cláudio Mourão foi apontado pela Procuradoria-Geral da República como membro do núcleo que operou o esquema de retirada criminosa de verbas públicas de companhias de Minas Gerais para alimentar o caixa da campanha que tentava reeleger o então governador do Estado,

Eduardo Azeredo. Naquele ano, o tucano acabou derrotado nas urnas por Itamar Franco.

De acordo com a investigação, o dinheiro era desviado das estatais através de cotas de patrocínio de eventos esportivos e publicidade fictícia por meio das agências de publicidade SMPB, de Marcos Valério e DNA Propaganda, ambas posteriormente envolvidas no mensalão federal.

Prazos. Pelo Código Penal, os crimes de lavagem de dinheiro e peculato prescrevem depois que 16 anos tenham transcorrido entre o fato e o recebimento da denúncia pela Justiça. Quando o acusado completa 70 anos de idade, esse prazo cai pela metade. No caso de Mourão, a prescrição dos crimes passa para o ano de 2006, extinguindo sua responsabilidade no processo, já que a denúncia foi recebida quatro anos depois dessa data, em 2010.

A responsável por decretar a extinção da punibilidade será a juíza da 9ª Vara Criminal de Belo Horizonte, Neide da Silva Martins. Em janeiro deste ano, a mesma magistrada concedeu o benefício ao ex-ministro Walfrido dos Mares Guia (*mais informações nesta página*).

O processo, que tem outros oito réus, se encontra em fase de instrução. Azeredo, que era réu em ação no Supremo, renunciou ao mandato e agora será julgado também na 1ª Instância.

12 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

DENGUE

Justiça manda entrar em casas em Campinas

Justiça concedeu liminar autorizando agentes de saúde de Campinas a entrarem em casas fechadas, abandonadas, ou cujo acesso não seja permitido pelo morador, nas ações de combate à dengue na cidade. O pedido foi feito na semana passada pela prefeitura. Campinas soma 3.615 casos confirmados da doença e outros 3.346 estão sendo investigados. Uma morte já foi confirmada. Centros de saúde, hospitais públicos e particulares estão lotados e a espera para atendimento chega ser de 12 horas.

13 ABR 2014

O ESTADO DE S. PAULO

De perguntas e respostas

Quando uma autoridade de primeiro escalão considera uma indecência ser perguntado por um jornalista sobre um assunto que o incomoda; quando acusa o profissional de atitude preconceituosa e desrespeitosa porque faz perguntas cujas respostas interessam à opinião pública, mas não a ele; quando, depois de responder de bom grado a todas as perguntas que lhe interessavam, proclama que o representante de um órgão da imprensa não tem legitimidade para questioná-lo – uma evidência se impõe: a autoridade está completamente despreparada para o cumprimento de seu ofício.

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), assumirá a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), condição em que estará no comando da fiscalização e do julgamento dos litígios legais do pleito de outubro. Natural, portanto, que os cidadãos estejam interessados em saber o que ele pensa sobre o papel da Justiça Eleitoral num momento certamente decisivo para o País, quando estarão em jogo os mais importantes mandatos executivos e legislativos, inclusive a Presidência da República. Com a intenção de prestar esse serviço jornalístico, o repórter Roldão Arruda entrevistou Dias Toffoli.

O resultado foi totalmente frustrante em termos de conteúdo, diante das platitudes

proclamadas, mas ao final o cacula da Suprema Corte confirmou que se filia a uma conhecida corrente do pensamento – digamos assim – político que tem ojeriza pelo dissenso e, quando se sente confrontado, apela para o revide agressivo.

O ministro Toffoli já deveria saber, a esta altura da vida, que numa sociedade democrática a imprensa verdadeiramente livre, descompromissada com os interesses dos donos do poder ou de quem quer que seja, tem não apenas o direito, mas o dever de fazer perguntas que eventualmente os poderosos se sintam embaraçados para responder.

Esse direito e esse dever é que conferem à imprensa livre, a este jornal, a seus repórteres, plena legitimidade para fazer perguntas que o ministro tem medo de responder.

O final do diálogo entre o repórter e o ministro é estarrecido.

Repórter: “Ministro, o senhor já foi advogado do PT e agora vai presidir o TSE. Há alguma incompatibilidade?”. Toffoli: “Você tem que perguntar isso para o Aécio Neves, o Eduardo Campos e a Marina Silva. Não para mim”. Repórter: “Por quê?”. Toffoli: “Ora, o que está no substrato de sua pergunta é uma indecência. É preconceituosa e desrespeitosa. Você não tem legitimidade para me impugnar, nem a mídia. Vá fazer a pergunta para o Aécio, o Eduardo e a Marina, porque eles têm”.

É difícil entender o que Aécio

Neves, Eduardo Campos e Marina Silva têm a ver com o fato de Toffoli ter sido advogado do PT, estar na iminência de assumir a presidência do TSE e a possibilidade de isso resultar em conflito de interesses.

Mas a evocação dos líderes políticos que no momento são os principais adversários do PT certamente pode dizer muito sobre os reflexos condicionados do ministro.

De qualquer modo, pelo menos quando se trata de fugir de incompatibilidades, Toffoli traz consigo alguma experiência, como a que viveu na fase de prejulgamento do mensalão. Incessantemente acossado por jornalistas indecentes, preconceituosos e desrespeitosos que queriam a todo custo saber se ele, por suas notórias ligações com o PT, não se sentia eticamente impedido de participar do julgamento, simplesmente deu as costas a todos e foi fazer o que sua convicção mandava.

Por uma questão de justiça, porém, não se pode deixar de levar em consideração que o ministro Toffoli tenha lá suas razões para se sentir inseguro – e melindrado – com a curiosidade malsã dos jornalistas. Afinal, o dele é um caso raro, de pessoa que foi nomeada para compor a mais alta Corte de Justiça do País depois de ter sido reprovado em concurso para ingresso na Magistratura de primeira instância. Ou seja, deve seu sucesso às notórias amizades.

14 ABR 2014

BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

No Supremo a lei vale para camelô e ladrão de galinha

*Jônatas Pirkiel

Com a possibilidade de acompanhar as sessões do Supremo Tribunal Federal, também de outros tribunais, a sociedade tem contato com julgamentos que provocam a reação até mesmos dos cidadãos menos afeitos às questões judiciais ou de direito.

Vemos não raras vezes, os julgadores flexibilizando o entendimento da lei quando se deparam com casos onde as partes tem mais "porte", diferentemente quando dos casos em que pessoas mais simples encontram-se sentadas no banco dos réus. Quem sabe o princípio da insignificância ou do crime famélico ainda só vigorem pra os defensores, via de regra, públicos, na defesa de seus assistidos.

Até, quem sabe, provocar prejuízo de bilhão ao patrimônio público seja "crime famélico" e vender cd "pirata" seja crime de "improbidade administrativa, e muitos, como eu, não saibam...No estado democrático de direito, quando se defende a "harmonia e independência dos poderes", como ditou Monstresquieu, deve-se sempre respeitar as decisões judiciais, recorrendo-se contra as mesmas, quando com elas não se concorde. Tudo isto é muito bonito, quando se fala de res-

peito à coisa julgada!

Mas, tem coisas que a gente, vivendo o dia a dia do direito, ainda não com segue entender: "...vendedores de cd e dvd "piratas" (a polícia consegue prender o camelô, mas nunca quem produz a "pirataria"), são absolvido da imputação de crime de violação de direito autoral (art. 184, § 2º/CP), porém o Ministério Público recorre, e o recurso, chamado especial, vai ao Superior Tribunal de Justiça, que determina o prosseguimento da ação penal, que provoca a impetração de Habeas Corpus, (no 118322/STF), que é negado pela 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal, que admite ser possível "recurso especial" para reapreciar matéria de fato, e nega o pedido, sob os seguintes fundamentos:

"...1. Os princípios da insignificância penal e da adequação social reclamam aplicação criteriosa, a fim de evitar que sua adoção indiscriminada acabe por incentivar a prática de delitos patrimoniais, fragilizando a tutela penal de bens jurídicos relevantes para vida em sociedade.

2. O impacto econômico da violação ao direito autoral mede-se pelo valor que os detentores das obras deixam de receber ao sofrer com a "pirataria", e não pelo montante

que os falsificadores obtêm com a sua atuação imoral e ilegal.

3. A prática da contrafação não pode ser considerada socialmente tolerável haja vista os enormes prejuízos causados à indústria fonográfica nacional, aos comerciantes regularmente estabelecidos e ao Fisco pela burla do pagamento de impostos.

4. In casu, a conduta dos pacientes amolda-se perfeitamente ao tipo de injusto previsto no art. 184, §2º, do Código Penal, uma vez foram identificados comercializando mercadoria pirateada (CD's e DVD's de diversos artistas, cujas obras haviam sido reproduzidas em desconformidade com a legislação).

9. In casu, não se vislumbra qualquer ilegalidade na decisão do Relator do STJ que deu provimento ao recurso especial. Ademais, a matéria objeto desta impetração foi apreciada pelo colegiado daquela Corte Superior quando do julgamento do agravo regimental interposto contra a referida decisão monocrática.

10. Ordem denegada..."

De resto, dispensa-se qualquer outra análise, ficando a critério do nosso leitor o entendimento.

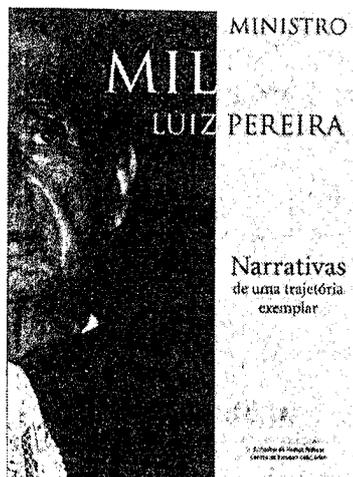
* O autor é advogado criminalista (jônataspirkiel@terra.com.br)

14 ABR 2014

BEMPARANÁ

Livro da semana

Resultado de um projeto destinado a registrar as memórias do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Milton Luiz Pereira, que já atuou como coordenador-geral da Justiça Federal, o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) acaba de lançar um livro em homenagem ao magistrado. A obra é fruto de uma parceria com a Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe) e a Academia Paranaense de Letras Jurídicas (Apli).



A publicação, intitulada "Ministro Milton Luiz Pereira - Narrativas de uma trajetória exemplar", conta a história do magistrado em 296 páginas, divididas em oito capítulos. Nascido na cidade de Itatinga (SP), o ministro viveu 79 anos e construiu uma brilhante carreira na magistratura federal. Também deixou sua marca em outras profissões: radialista, advogado, prefeito e professor.

Segundo o presidente da Apajufe, Antônio César Bochenek, e o presidente da Apli, Luiz Edson Fachin, o ministro Milton Luiz Pereira foi, do início ao fim, um ser humano "íntegro e probo" em todas as atividades sociais, pessoais ou profissionais. "Toda a sua trajetória foi marcada pela intensidade das ações, devoção à profissão, afeição aos bens coletivos e públicos e, sobretudo, dedicação completa à vida", registraram os juristas na Nota Prévia da obra.

Para os interessados em saber mais sobre a história do ministro, acesse o site do CJF, na área dedicada às publicações do CEJ, e baixe gratuitamente o livro. Ou, se preferir, acesse <http://www.cjf.jus.br/cjf/CEJ-Coedi/outras-publicacoes>.

14 ABR 2014

BEMPARANÁ

Acusados da morte de delegado vão a júri

Está marcado para hoje o julgamento dos dois acusados pelo assassinato do delegado José Antônio Zuba, em 2010. Francisco Diego Vidal Coutinho, o Russinho, e Paulo Roberto Pereira Quintal, o Tutancâmon, vão a júri popular no Fórum de Matinhos, no litoral do estado, a partir das nove horas da manhã. Eles são acusados de homicídio qualificado. O crime aconteceu em 24 de agosto de 2010, durante uma operação em um camping de Pontal do Paraná. Além do delegado, estavam na equipe duas investigadoras e um colaborador local. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, as duas policiais foram rendidas enquanto Zuba e o outro homem foram atingidos por vários tiros. O delegado morreu na hora. O colaborador, identificado como Adilson da Silva, chegou a ser socorrido, mas não resistiu aos ferimentos. Ele era funcionário público, mas prestava serviços na delegacia havia dois meses. Os acusados já eram foragidos da penitenciária Bangu 4, do Rio de Janeiro.

Jornalista é detido por racismo no estádio

O jornalista Lourival Santos, da Rede Massa de Maringá, foi detido por racismo ontem, durante a final do Campeonato Paranaense entre Londrina e Maringá, no estádio Willie Davids, em Maringá. Ele chamou o lateral Maicon Silva, do Londrina, de "macaco" e foi delatado pela repórter Monique Vilela, da rádio Banda B, de Curitiba. A Rede Massa divulgou nota ontem à noite comunicando que Lourival foi afastado pela empresa. "A Rede Massa não responde pelo ato de seu colaborador e espera rigor nas investigações por parte das autoridades", diz o texto.

PAINEL

Ponto

A falta de assinatura do empregado nos registros de ponto, por si só, não afasta o valor probatório desses documentos. O entendimento é da 1ª Turma do TRT de Minas Gerais.

Concurso

Já estão abertas as inscrições para o XVI Concurso Público para Provimento de Cargo de Juiz Federal Substituto da 4ª Região. As inscrições se encerram às 18h do dia 6 de maio. A prova objetiva seletiva está prevista para o dia 20 de julho.

Crime

Advogado que continua a atuar após ter o exercício profissional suspenso pela OAB comete crime, mesmo que não cause danos a terceiros. O entendimento é da 2ª Turma do TRF da 3ª Região.

Prescrição

Prescrevem em cinco anos as ações contra a Fazenda Pública, mesmo as que tratam de indenização de reparação civil. O entendimento é da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Obrigatória

A Contribuição Sindical Patronal é obrigatória também para as empresas que não têm empregados. O entendimento é da 3ª Turma do TST.

Súmula 33

O STF aprovou a Súmula Vinculante 33 com o seguinte texto: "Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as regras do Regime Geral de Previdência Social sobre aposentadoria especial de que trata o artigo 40, parágrafo 4º, inciso III, da Constituição Federal, até edição de lei complementar específica".

Aposentadoria

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) promove curso sobre Aposentadoria Especial, no dia 9 de maio, em Curitiba. A palestrante é a advogada e vice-presidente do IBDP, Dra. Adriane Bramante de Castro Ladenthin. O curso é focado no estudo específico sobre a aposentadoria especial do Regime Geral, bem como na conversão do tempo para aposentadoria por tempo de contribuição. Informações no site do IBDP (www.ibdp.org.br).

Gaeco passa a ter 71 policiais

O Governo do Estado autorizou o aumento de 56 para 71 no efetivo de policiais civis e militares à disposição do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), do Ministério Público. Com a decisão, o Gaeco terá 25 policiais civis e 46 policiais militares, que serão distribuídos entre as seis unidades do grupo no Paraná. Em Curitiba, o efetivo passa de 13 para 21 policiais. A atuação do Gaeco no Estado foi regulamentada em 2012. Antes, não havia documento que oficializasse o órgão.

2.828 presos transferidos

As 33 unidades do Sistema Penitenciário do Paraná, administrado pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, já receberam 2.828 presos em 2014. Foram transferidos 2.739 detentos de carceragens de delegacias e distritos da Polícia Civil de todo o Paraná e 89 presos da Superintendência da Polícia Federal. O maior número é de presos de carceragens de delegacias e distritos policiais de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral.

TRIBUNA DO PARANÁ

14 ABR 2014

JORNAL DO ÔNIBUS

Supremo marca julgamento de ação contra Collor

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para o dia 24 de abril o julgamento da ação penal que envolve o senador Fernando Collor (PTB-AL), acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) dos crimes de peculato e corrupção passiva. As acusações referem-se ao período em que Collor foi presidente da República, entre 1991 e 1992, ano do



Collor foi responder acusações de quando foi presidente

impeachment que marcou o final do seu governo.

A denúncia contra o ex-presidente foi recebida pela Justiça de primeira instância em 2000 e chegou ao STF em 2007. O processo foi distribuído para o ministro Menezes Direito, mas com a morte do magistrado, em 2008, o processo passou para relatoria da ministra Cármen Lúcia.

Documentos apreendidos na operação Lava Jato chegam ao PR

Os documentos recolhidos e os R\$ 70 mil apreendidos na segunda fase da operação Lava Jato, deflagrada na sexta-feira (11), chegaram a Superintendência da Polícia Federal (PF) no Paraná, em Curitiba, no sábado (12). A informação foi confirmada pela Polícia Federal neste domingo (13). A instituição afirmou também que o material está sendo analisado por uma equipe formada por agentes e peritos, mas não divulgou detalhes

sobre o conteúdo.

De acordo com a Polícia Federal, nesta segunda etapa da operação, foram cumpridos 16 mandados de busca, quatro de condução coercitiva (quando o suspeito é levado para depor) e um de prisão temporária. Os mandados foram cumpridos nas cidades de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Macaé e Niterói. Segundo a polícia, não foram apreendidos computadores, somente documentos e dinheiro.